



## CAPITULO II

### 2. DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

#### 2.1. Da Administração Direta

##### 2.1.1. Receita Orçamentária

A Receita Orçamentária Estadual para o exercício de 2013 foi prevista em R\$ 17.515.887.339,33 e teve seu valor ajustado até o final do ano para R\$ 19.738.336.946,64. Sua realização atingiu a cifra de R\$ 18.844.349.204,32, resultando em uma arrecadação a menor de R\$ 893.987.742,32 em comparação com a previsão final. A receita realizada representa, portanto 94,96% da receita prevista.

A Receita Orçamentária tem como principal componente a categoria “Receitas Correntes” no total de R\$ 17.058.219.879,56, incluídas as receitas intraorçamentárias, por estarem inclusas nesta rubrica o ICMS e o FPE que são as duas principais fontes de receita do Estado e juntas somaram R\$ 13.454.170.495,03, representando 78,88% da sua categoria.

A Receita Tributária e as Transferências Correntes são responsáveis por 85,91% dos ingressos de recursos para o Estado, juntas somaram R\$ 16.189.850.247,13.



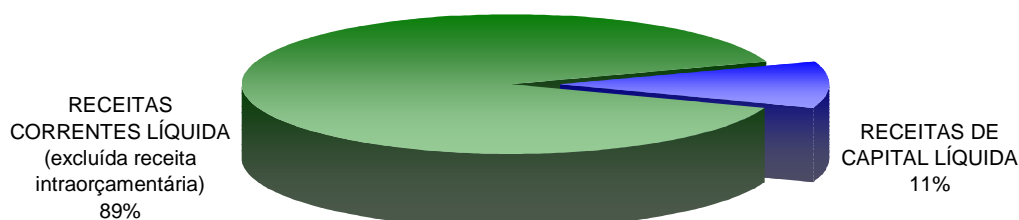
TABELA 10

DEMONSTRATIVO COMPARATIVO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA PREVISTA COM A REALIZADA,  
POR CATEGORIA ECONÔMICA

| CATEGORIA<br>ECONÔMICA                                 | RECEITA                  |                          | (R\$ 1,00)                   |               |
|--|--------------------------|--------------------------|------------------------------|---------------|
|  | PREVISTA                 | REALIZADA                | VARIÇÃO %<br>REALIZ. PARTIC. |               |
| <b>1. RECEITAS CORRENTES SEM DEDUÇÕES</b>              | <b>17.142.903.203,26</b> | <b>17.023.863.290,77</b> | <b>99,31</b>                 | <b>90,34</b>  |
| 1.1. Tributária  | 9.629.523.234,24         | 9.801.324.845,42         | 101,78                       | 52,01         |
| 1.2. Patrimonial                                       | 246.119.100,82           | 505.543.676,02           | 205,41                       | 2,68          |
| 1.3. Receita de Serviços                               | 0,00                     | 11.181.020,46            | 0,00                         | 0,06          |
| 1.4. Transf. Correntes                                 | 7.023.180.445,25         | 6.388.525.401,71         | 90,96                        | 33,90         |
| 1.5. Outras Rec. Correntes                             | 244.080.422,95           | 317.288.347,16           | 129,99                       | 1,68          |
| 1.6. (-) Deduções                                      | 2.341.035.967,25         | 2.323.533.532,21         | 99,25                        | -             |
| <b>TOTAL RECEITAS CORRENTES LÍQUIDA</b>                | <b>14.801.867.236,01</b> | <b>14.700.329.758,56</b> | <b>99,31</b>                 | <b>88,98</b>  |
| <b>2. RECEITAS DE CAPITAL SEM DEDUÇÕES</b>             | <b>2.593.655.743,38</b>  | <b>1.786.129.324,76</b>  | <b>68,87</b>                 | <b>20,47</b>  |
| 2.1. Operações de Crédito                              | 1.456.773.322,95         | 1.190.525.228,89         | 81,72                        | 6,32          |
| 2.2. Alienação de Bens                                 | 106.825,88               | 22.325,38                | 20,90                        | 0,00          |
| 2.3. Transf. de Capital                                | 1.133.658.855,07         | 595.581.770,49           | 52,54                        | 3,16          |
| 2.4. Outras Rec. Capital                               | 3.116.739,48             | 0,00                     | 0,00                         | 0,00          |
| <b>TOTAL RECEITAS DE CAPITAL LÍQUIDA</b>               | <b>2.593.655.743,38</b>  | <b>1.786.129.324,76</b>  | <b>68,87</b>                 | <b>10,81</b>  |
| <b>3. REC. INTRAORÇAMENTÁRIA (OUT. REC. CORRENTES)</b> | <b>1.778.000,00</b>      | <b>34.356.588,79</b>     | <b>1.932,32</b>              | <b>0,18</b>   |
| 3.1. (-) Deduções                                      | 0,00                     | 0,00                     | 0,00                         | 0,00          |
| <b>4. TOTAL RECEITAS SEM DEDUÇÕES (1 + 2 + 3)</b>      | <b>19.738.336.946,64</b> | <b>18.844.349.204,32</b> | <b>95,47</b>                 | <b>100,00</b> |
| <b>5. TOTAL DAS DEDUÇÕES (1.6 + 3.1)</b>               | <b>2.341.035.967,25</b>  | <b>2.323.533.532,21</b>  | <b>99,25</b>                 | <b>-</b>      |
| <b>6. TOTAL RECEITAS LÍQUIDAS (4 - 5)</b>              | <b>17.397.300.979,39</b> | <b>16.520.815.672,11</b> | <b>94,96</b>                 | <b>100,00</b> |

Fonte: Sistema de Gestão Governamental por Resultados - S2GPR

GRÁFICO III  
RECEITAS CORRENTE X RECEITAS DE CAPITAL



Fonte: S2GPR/SEFAZ

### 2.1.1.1. Receitas Correntes

Acham-se agrupadas nesta Categoria Econômica as Receitas Tributárias, de Contribuições, Patrimonial, Transferências Correntes e Outras Receitas Correntes, apresentando uma arrecadação de R\$ 17.058.219.879,56 incluídas as receitas intraorçamentárias, e participa com um percentual de 90,52% da Receita Orçamentária, tendo sido superior à previsão orçamentária em 15,24%.

A apuração da Receita Corrente Líquida (Tabela 37) encontra-se na análise da Despesa com Pessoal.

#### Receita Tributária

A previsão da receita tributária do Estado do Ceará para o exercício de 2013 que consta na Lei Orçamentária Anual - LOA, levou em consideração um cenário, com base nas expectativas de crescimento dos indicadores macroeconômicos do PIB (nacional e estadual), da inflação e de tendências específicas de cada tributo analisado.

Em síntese, para a projeção da receita tributária do Estado do Ceará relativa ao exercício de 2013, foram consideradas as variáveis macroeconômicas que possibilitam identificar a influência do nível de atividade econômica na arrecadação tributária e a inflação, abaixo especificadas:

TABELA 11  
VARIÁVEIS MACROECONÔMICAS PROJETADAS PARA 2013

| <b>Variáveis macroeconômicas projetadas para 2013</b> | <b>(em %)</b> |
|---|---------------|
| Taxas de Inflação esperada                            | 5,5%          |
| Taxa de Crescimento esperado para o PIB Nacional      | 5,5%          |
| Taxa de Crescimento esperado para o PIB Estadual      | 6,0%          |

Fonte: SEPLAG

A Tabela seguinte apresenta o valor estimado pelo Governo do Estado do Ceará para a receita tributária, de R\$ 9.629.523.234,24, contido no comparativo da Receita Orçada com a arrecadada, no exercício de 2013, estabelecido de acordo com as variáveis supracitadas.



TABELA 12  
RECEITA TRIBUTÁRIA - CEARÁ - 2013

(R\$ 1,00)

| DISCRIMINAÇÃO                 | PREVISÃO             | ARRECADAÇÃO          | VARIACÃO %     |                |
|-------------------------------|----------------------|----------------------|----------------|----------------|
|                               |                      |                      | REALIZAÇÃO     | PARTICIPAÇÃO   |
| <b>IMPOSTOS</b>               | <b>9.604.800.925</b> | <b>9.790.866.415</b> | <b>101,94%</b> | <b>99,89%</b>  |
| ICMS C/FECOP                  | 8.483.777.134        | 8.565.578.586        | 100,96%        | 87,39%         |
| IPVA                          | 502.607.109          | 510.711.568          | 101,61%        | 5,21%          |
| ITCMD                         | 48.606.914           | 59.510.673           | 122,43%        | 0,61%          |
| IRRF                          | 569.809.768          | 655.065.588          | 114,96%        | 6,68%          |
| <b>TAXAS</b>                  | <b>24.722.310</b>    | <b>10.458.431</b>    | <b>42,30%</b>  | <b>0,11%</b>   |
| <b>RECEITA<br/>TRIBUTÁRIA</b> | <b>9.629.523.235</b> | <b>9.801.324.846</b> | <b>101,78%</b> | <b>100,00%</b> |

Fonte: Sistema de Gestão Governamental por Resultados - S2GPR

Findo o exercício de 2013 procedeu-se o confronto entre os valores estimados e os realizados com o foco de se avaliar a efetividade do esforço fazendário na consecução de suas finalidades.

A receita tributária efetivamente arrecadada em 2013 atingiu R\$ 9,800 bilhões, superior em 6,98% ao valor previsto.

A arrecadação tributária do Estado do Ceará, no período de janeiro a dezembro de 2013, atingiu na sua realização o montante de R\$ 9.800 bilhões em termos nominais. Na composição da arrecadação, o ICMS apresenta-se como a receita mais expressiva, contribuindo com 87,39% da Receita Tributária. O IPVA contribuiu com 5,21%, o ITCD com 0,61% e as taxas 0,11%. Ressalte-se que na consolidação dos impostos arrecadados pelo Estado do Ceará encontra-se a arrecadação do Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza incidente na Fonte sobre Rendimentos pagos a qualquer título pelo Estado, suas Autarquias e pelas Fundações - IRRF, cuja participação foi de 6,68%.

A receita tributária obteve um crescimento nominal de 13,86%, comparado ao exercício de 2012, quando se atingiu valor de R\$ 8,600 bilhões, conforme demonstrado na Tabela a seguir:



TABELA 13  
DEMONSTRATIVO COMPARATIVO DA RECEITA TRIBUTÁRIA - 2012/2013

| RECEITAS                  | VALOR R\$        |                  | VARIÇÃO        |                |
|---------------------------|------------------|------------------|----------------|----------------|
|                           | 2012             | 2013             | 2013/2012      | Partic rel. %  |
| <b>IMPOSTOS</b>           | <b>8.587.677</b> | <b>9.790.791</b> | <b>14,01%</b>  | <b>99,90%</b>  |
| ICMS                      | 7.541.908        | 8.565.579        | 13,57%         | 87,40%         |
| IPVA                      | 438.299          | 510.712          | 16,52%         | 5,21%          |
| ITCD                      | 38.970           | 59.511           | 52,71%         | 0,61%          |
| IRRF                      | 568.501          | 654.990          | 15,21%         | 6,68%          |
| <b>TAXAS</b>              | <b>12.708</b>    | <b>9.389</b>     | <b>-26,12%</b> | <b>0,10%</b>   |
| <b>RECEITA TRIBUTÁRIA</b> | <b>8.600.385</b> | <b>9.800.180</b> | <b>13,95%</b>  | <b>100,00%</b> |

Fonte: SEFAZ:COTES

### Desempenho da Receita de Impostos em Valores Nominais

O conjunto dos impostos arrecadados no exercício de 2013 - receita tributária excluído o valor das taxas - representou 99,90% da receita tributária, alcançando o valor de R\$ 9,791 bilhões, apresentando um crescimento nominal de 14,01%, comparado com 2012.

#### IPVA

A arrecadação do IPVA em 2013 foi de R\$ 510,71 milhões, com crescimento nominal de 16,52%. Vale salientar que desde 2002, para efeito de cobrança do IPVA, o Estado vem utilizando como base de cálculo os preços definidos na tabela elaborada pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas - FIPE, que em sua composição leva em consideração os valores e marcas dos veículos em seus diversos modelos e versões, levando também em consideração a depreciação do veículo ao longo dos anos. Dentre os fatores que influenciaram para o incremento de arrecadação apresentado destacam-se: redução da inadimplência devido ao maior esforço de cobrança e o aumento de licenciamento de novos veículos.



## **ITCD**

A arrecadação do Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e Doação - ITCD, em 2013, foi de R\$ 59,51 milhões, apresentando crescimento de 52,71%, quando comparado com 2012. Esse imposto corresponde a 0,61% da receita tributária. A arrecadação do ITCD resulta em grande parte de ações realizadas quanto aos processos de avaliação dos bens, da maior divulgação do ITCD nas operações de doações de bens e valores e do cruzamento de informações geradas pela Receita Federal do Brasil - RFB.

## **ICMS**

Especialmente decorrente do desenvolvimento econômico que o Estado vem apresentando e das ações promovidas pelo Governo do Estado, através da Secretaria da fazenda, a arrecadação do ICMS, principal tributo estadual, em 2013, respondeu pelo ingresso R\$ 8,566 bilhões, correspondendo a 87,40% da receita tributária, apresentando um crescimento nominal de 13,57% quando comparado com o exercício de 2012. Vale ressaltar que pela primeira vez a arrecadação do ICMS cearense ultrapassa os R\$ 8 bilhões.

Para o exercício de 2013, as evoluções das taxas do PIB nacional e local apresentaram trajetórias ascendentes, o IBGE divulgou o crescimento do PIB nacional de 2,3% e o IPECE um crescimento do PIB estadual de 3,44%. O crescimento do ICMS do Estado do Ceará alcançou um bom resultado, tendo o produto tributário ultrapassado o crescimento da base econômica nacional e estadual.

Nos últimos exercícios a arrecadação do ICMS apresentada na tabela abaixo, e no gráfico abaixo, obteve o seguinte desempenho:

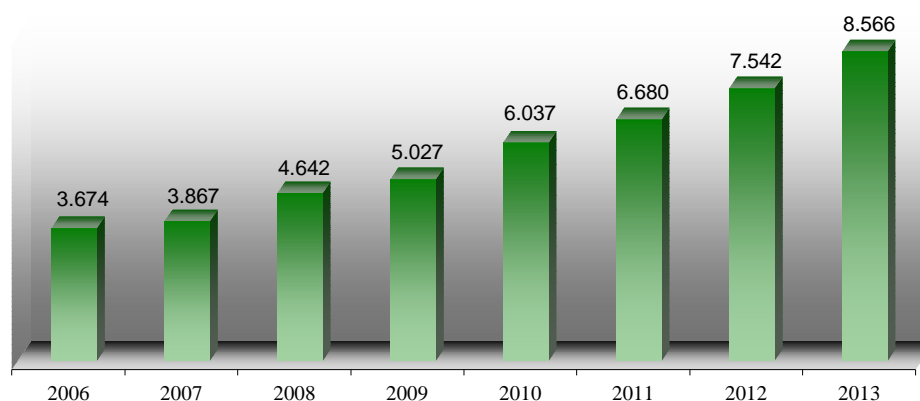


TABELA 14  
EVOLUÇÃO DA ARRECADAÇÃO ICMS - CEARÁ - 2012 E 2013

| DISCRIMINAÇÃO | VALORES<br>CORRENTES EM R\$<br>MILHÕES | VARIAÇÃO %<br>REALIZAÇÃO |
|---------------|--|--------------------------|
| 2006          | 3.674                                  | -                        |
| 2007          | 3.867                                  | 5,25%                    |
| 2008          | 4.642                                  | 20,04%                   |
| 2009          | 5.027                                  | 8,29%                    |
| 2010          | 6.037                                  | 20,09%                   |
| 2011          | 6.680                                  | 10,65%                   |
| 2012          | 7.542                                  | 12,89%                   |
| 2013          | 8.566                                  | 13,57%                   |

Fonte: Sistema de Gestão Governamental por Resultados - S2GPR

GRÁFICO IV  
EVOLUÇÃO DA ARRECADAÇÃO DO ICMS - 2006 A 2013



A arrecadação do ICMS apresentou, em 2013, na comparação com 2012, um crescimento nominal de 13,57%. Se procedermos a um comparativo da evolução do ICMS anual, com base o ano de 2013, com a arrecadação de 2006, período correspondente a atual administração governamental, levando-se em consideração também o crescimento do Índice de Preço ao Consumidor Amplo IPCA, observa-se uma evolução de 44% do IPCA e de 133,1% do ICMS, o que evidencia um bom comportamento da arrecadação.

GRÁFICO V  
COMPARATIVO DO ICMS COM O IPCA

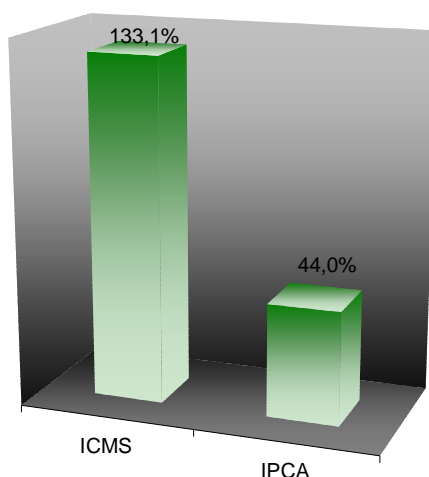


TABELA 15  
DEMONSTRATIVO DO ICMS ARRECADAÇÃO POR SEGMENTO - 2012 - 2013

| SEGMENTOS               | VALOR            |                  | VARIAÇÃO<br>2013/2012 | (R\$ MIL)<br>PART.<br>TOTAL ICMS<br>2013 |
|-------------------------|------------------|------------------|-----------------------|--|
|                         | 2012             | 2013             |                       |  |
| INDUSTRIAL              | 1.483.304        | 1.769.654        | 19,30%                | 20,66%                                   |
| SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO | 651.890          | 741.160          | 13,69%                | 8,65%                                    |
| COMERCIO ATACADISTA     | 1.441.134        | 1.709.393        | 18,61%                | 19,96%                                   |
| COMERCIO VAREJISTA      | 1.122.602        | 1.346.423        | 19,94%                | 15,72%                                   |
| ENERGIA ELÉTRICA        | 706.539          | 644.687          | -8,75%                | 7,53%                                    |
| COMBUSTÍVEL             | 1.456.508        | 1.815.739        | 24,66%                | 21,20%                                   |
| DEMAIS SEGMENTOS        | 363.539          | 204.718          | -43,69%               | 2,39%                                    |
| FECOP                   | 316.392          | 333.805          | 5,50%                 | 3,90%                                    |
| <b>TO TAL ICMS</b>      | <b>7.541.908</b> | <b>8.565.579</b> | <b>13,57%</b>         | <b>100,00%</b>                           |

Fonte: Sistema de Gestão Governamental por Resultados - S2GPR

A arrecadação do ICMS especificada pelos principais segmentos econômicos evidencia que no exercício de 2013, com exceção do segmento energia elétrica e do item indicativo dos outros segmentos, todos os demais apresentaram crescimento.





O segmento que congrega as empresas de combustíveis, responsável por 21,20% do total do ICMS, apresentou crescimento nominal de 24,66%, comparativamente ao exercício de 2012. Dois fatores tiveram impacto relevante no crescimento da arrecadação do ICMS do segmento de Combustível. O primeiro foi o reajuste do valor do Preço Médio Ponderado ao Consumidor Final - PMPF, referencial para a cobrança da substituição tributária. O segundo fator está associado ao crescimento do consumo e à política energética nacional, que devido ao baixo nível dos reservatórios hidrelétricos, incrementou o nível de utilização das usinas termoeletricas adquirentes de gás natural.

O segmento industrial com uma participação no ICMS total de 20,66% apresentou crescimento do ICMS de 19,30%, totalizando um montante arrecadado em 2013 de R\$ 1,769 bilhão.

As atividades econômicas que agrupam os contribuintes que atuam no comércio atacadista e varejista apresentam participação de 19,96% e 15,72% respectivamente na arrecadação do ICMS global do Estado e obtiveram como resultado da arrecadação uma expansão de 18,61% para o comércio atacadista e de 19,94% para o comércio varejista. Dentre os fatores que contribuíram para o crescimento do segmento do setor comércio apontam-se: a continuidade da política da elevação de renda e do benefício fiscal concedido pelo Governo Federal com a redução do IPI.

A arrecadação do segmento energia elétrica apresentou participação no ICMS total de 7,53% e variação negativa de 8,75% no exercício de 2013 quando comparado com o exercício anterior, resultante da redução tarifária em torno de 20%, ocorrida em abril de 2013. A redução na arrecadação foi minorada em função do crescimento do consumo de energia.

O segmento serviço de comunicação contribuiu com 8,65% da participação global, apresentando crescimento nominal de 13,69%, refletindo o aumento de demanda do setor e a adesão de alguns contribuintes ao Programa de Recuperação Fiscal - REFIS 2013.

A arrecadação do ICMS relativo ao Fundo de Combate a Pobreza - FECOP, instituído em 2003, através da Lei Complementar nº 37, teve crescimento nominal no exercício de 2013 quando comparado com 2012 de 5,5%. O FECOP é composto pelo adicional de dois pontos percentuais na alíquota do ICMS incidente sobre os seguintes produtos e serviços: bebidas alcoólicas; armas e munições; embarcações esportivas; fumo, cigarros e demais artigos de tabacaria; aviões ultraleves e asas-delta; energia elétrica e gasolina.

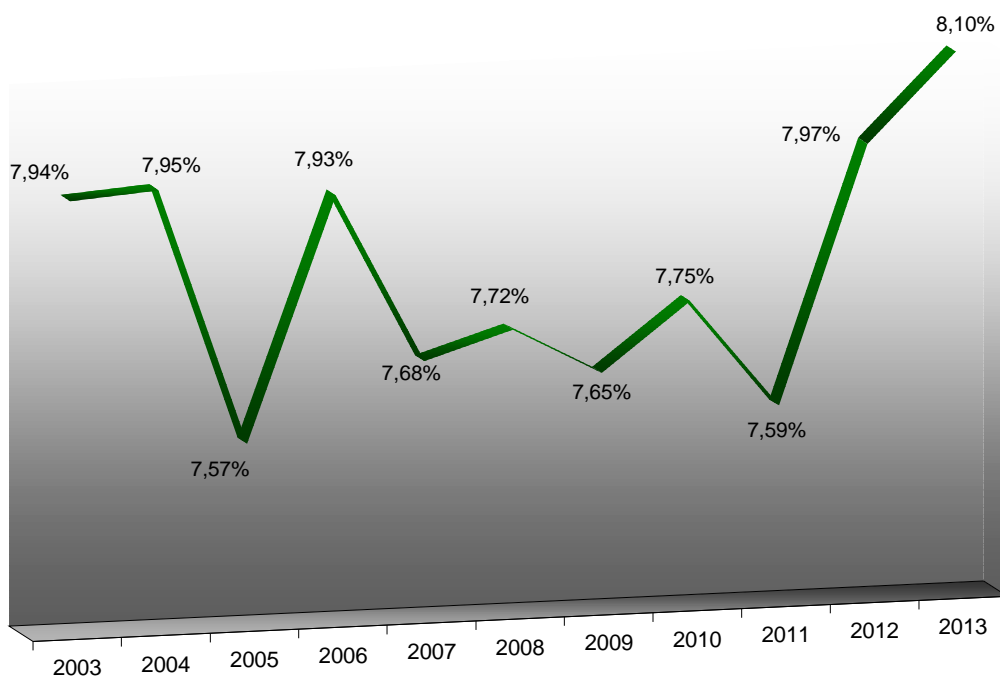


## **PARTICIPAÇÃO DO ICMS NO PIB ESTADUAL**

Um ponto de destaque que pode ser feito é quando se compara a participação do ICMS do Estado do Ceará no conjunto global das riquezas produzidas em seu território – Produto Interno Bruto – PIB. No gráfico a seguir, constata-se uma oscilação da participação do ICMS no PIB variando no mínimo 7,57% e no máximo 8,10%. Em 2013 a participação do ICMS no PIB foi de 8,10%. Pode-se inferir com estes resultados, que a arrecadação do ICMS cearense no exercício de 2013 atingiu uma boa eficiência pela superação que se evidencia do crescimento da arrecadação em relação a sua base tributária, em grande parte contida na medição do PIB cearense.

Um fator que está influenciando na boa performance do ICMS é a política de redução do ICMS sobre produtos selecionados que tem contribuído para a ampliação da base de incidência do imposto e por consequência aumento da arrecadação.

**GRÁFICO VI**  
**PARTICIPAÇÃO DO ICMS NO PIB DO CEARÁ - 2003 A 2013**





**Em milhões de R\$**

| <b>ANOS</b> | <b>ICMS</b> | <b>PIB</b> | <b>ICMS/PIB</b> |
|-------------|-------------|------------|-----------------|
| 2003        | 2.585       | 32.565     | 7,94%           |
| 2004        | 2.930       | 36.866     | 7,95%           |
| 2005        | 3.097       | 40.935     | 7,57%           |
| 2006        | 3.674       | 46.303     | 7,93%           |
| 2007        | 3.867       | 50.331     | 7,68%           |
| 2008        | 4.642       | 60.099     | 7,72%           |
| 2009        | 5.027       | 65.704     | 7,65%           |
| 2010        | 6.037       | 77.865     | 7,75%           |
| 2011        | 6.680       | 87.982     | 7,59%           |
| 2012        | 7.542       | 94.655     | 7,97%           |
| 2013        | 8.566       | 105.740    | 8,10%           |

FONTE: IPECE E SEFAZ

Obs: PIB a preços de mercado inclui os impostos líquidos de subsídios.

PIB 2012e 2013 - dados do IPECE: Previsão sujeita a retificação.

e podem sofrer alterações, quando da divulgação dos definitivos

### **COMPARATIVO ICMS CEARÁ X ICMS BRASIL**

Com o objetivo de oferecer uma visão comparativa da performance da arrecadação do ICMS do Estado do Ceará no contexto federativo é apresentado na tabela 7 constando a arrecadação total do ICMS por Unidade da Federação, incluindo a dívida ativa, multas e juros e estornos contábeis, nos exercícios de 2012 e de 2013, constante do Boletim do ICMS editado pela Comissão Técnica Permanente do ICMS - COTEPE/ICMS. O total do ICMS Brasil atingiu o montante de R\$ 368.722 milhões, apresentando uma variação nominal positiva de 11,68%, quando comparada com o exercício de 2012 cuja arrecadação foi de R\$ 330.152 milhões. O crescimento nominal da região nordeste neste mesmo período foi de 12,93%.

O ICMS arrecadado no Estado do Ceará, no exercício de 2013, apresenta um crescimento de 13,57% em relação a igual período de 2012, tendo apresentado o 3º lugar em termos de crescimento em relação aos Estados da Região Nordeste. Esse resultado (13,57%) também superou a variação obtida pelo ICMS Brasil (11,68%), oferecendo a conclusão de que o Estado do Ceará no período considerado obteve resultados mais satisfatórios do que a média nacional e a média nordestina.

Como consequência desta performance, o Estado do Ceará alterou a participação do ICMS do Estado no total do Brasil apresentando um aumento nessa participação. No ano de 2012 esta participação era de 2,32%, passando para 2,36% no exercício de 2013.

A posição do Estado do Ceará em termos de volume arrecadado, no contexto nacional posiciona-se na 11ª colocação dentre as unidades federadas de todo o Brasil e na região nordeste ocupa a 3ª posição.

A arrecadação do ICMS relativo ao Fundo de Combate a Pobreza - FECOP, instituído em 2003, através da Lei Complementar nº 37, teve crescimento nominal no exercício de 2013 quando comparado com 2012 de 5,5%. O FECOP é composto pelo adicional de dois pontos percentuais na alíquota do ICMS incidente sobre os seguintes produtos e serviços: bebidas alcoólicas; armas e munições; embarcações esportivas; fumo, cigarros e demais artigos de tabacaria; aviões ultraleves e asas-delta; energia elétrica e gasolina.

A arrecadação do FECOP, de acordo com a tabela seguinte, no exercício de 2013, alcançou o montante de R\$ 333.805.435,55 Os recursos do FECOP, em 2013, foram executados pelos órgãos da Administração Direta e Indireta de acordo com a tabela a seguir:

TABELA 16  
DEMONSTRATIVO DA RECEITA E DA APLICAÇÃO DOS RECURSOS DO FECOP

| (R\$ 100)                            |                       |                       |                |
|--------------------------------------|-----------------------|-----------------------|----------------|
| RECEITA                              |                       |                       |                |
| ESPECIFICAÇÃO                        | PREVISTA              | REALIZADA             | REALIZADA %    |
| ICMS ADICIONAL FECOP                 | 321.807.039,68        | 333.805.435,55        | 103,73         |
| REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS   | 27.581.021,43         | 24.605.327,29         | 89,21          |
| DÍVIDA ATIVA - FECOP                 | 0,00                  | 1.789,98              | 0,01           |
| MULTA E JUROS DE MORA                | 0,00                  | 97.287,12             | 0,35           |
| MULTA E JUROS DE MORA - DÍVIDA ATIVA | 0,00                  | 950,64                | 0,00           |
| OUTRAS RECEITAS FECOP                | 0,00                  | 101.240,46            | 0,37           |
| REST DE CONV CONCEDIDOS REC FECOP    | 0,00                  | 572.687,20            | 2,08           |
| <b>TOTAL</b>                         | <b>349.388.061,11</b> | <b>359.184.718,24</b> | <b>102,80</b>  |
| DESPESA REALIZADA                    |                       |                       |                |
| (R\$ 100)                            |                       |                       |                |
| CÓDIGO                               | ÓRGÃOS                | VALOR                 | PARTICIPAÇÃO % |
| 080001                               | SEINFRA               | 31.937.500,00         | 7,88           |
| 110001                               | GAB GOV               | 3.855.817,60          | 0,95           |
| 210001                               | SDA                   | 95.333.205,34         | 23,51          |
| 210101                               | EMATERCE              | 10.724.759,05         | 2,65           |
| 220001                               | SEDUC                 | 134.605.748,29        | 33,20          |
| 270001                               | SECULT                | 2.225.019,09          | 0,55           |
| 290001                               | SRH                   | 332.379,03            | 0,08           |
| 290101                               | SOHIDRA               | 1.243.236,53          | 0,31           |
| 420001                               | SESPORTE              | 3.565.552,81          | 0,88           |
| 430001                               | CIDADES               | 48.767.907,85         | 12,03          |
| 470001                               | STDS                  | 26.384.712,98         | 6,51           |
| 470201                               | FEAS                  | 46.481.312,66         | 11,46          |
| <b>TOTAL</b>                         |                       | <b>405.457.151,23</b> | <b>100,00</b>  |

Fonte: Sistema de Gestão Governamental por Resultados - S2GPR



Conforme Tabela anterior, a SEDUC foi a que mais se destacou com os recursos do FECOP (33,20%), seguido Desenvolvimento Agrário (23,51%) e CIDADES (12,03)%.

De acordo com Tabela seguinte a seguir, as despesas com o FECOP obtiveram um acréscimo nominal de 42,14% em relação ao exercício de 2012. Das despesas do FECOP, por função de governo, destaca-se no exercício de 2013 o gasto com a Função Educação, correspondente a 33,20% do total das despesas empenhadas.

A Tabela seguinte evidencia a tendência do fortalecimento pelo governo das funções Educação e Agricultura, correspondendo com 33,20% e 25,56%, respectivamente, do total das despesas empenhadas com fonte do FECOP durante o exercício de 2013.

TABELA 17  
DEMONSTRATIVO DAS DESPESAS DO FECOP POR FUNÇÃO DE GOVERNO - 2012 - 2013

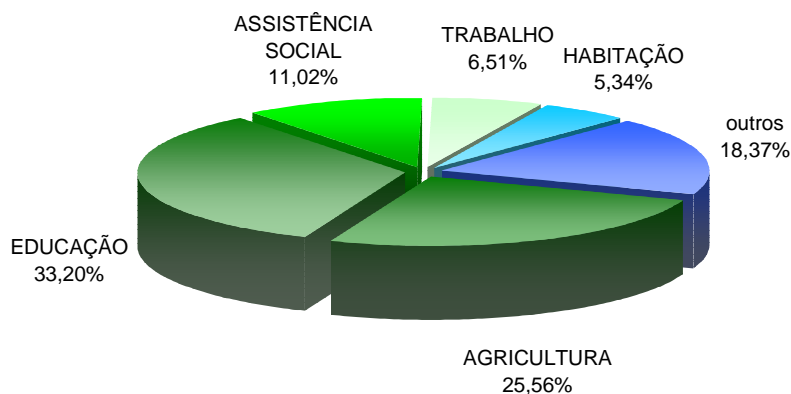
| (R\$ 100)              |                       |                |                       |                |                         |
|------------------------|-----------------------|----------------|-----------------------|----------------|-------------------------|
| FUNÇÃO                 | 2012                  | PART.%         | 2013                  | PART.%         | VARIAÇÃO %<br>2012/2013 |
| ADMINISTRAÇÃO          | 0,00                  | 0,00%          | 0,00                  | 0,00%          | 0,00%                   |
| AGRICULTURA            | 121.791.163,54        | 42,70%         | 103.644.714,39        | 25,56%         | -14,90%                 |
| ASSISTÊNCIA SOCIAL     | 41.377.399,05         | 14,51%         | 44.670.916,86         | 11,02%         | 7,96%                   |
| COMUNICAÇÕES           | 1.937.500,00          | 0,68%          | 1.937.500,00          | 0,48%          | 0,00%                   |
| CULTURA                | 2.521.507,37          | 0,88%          | 2.225.019,09          | 0,55%          | -11,76%                 |
| DESPORTO E LAZER       | 4.390.122,60          | 1,54%          | 3.565.552,81          | 0,88%          | -18,78%                 |
| DIREITOS DA CIDADANIA  | 1.460.805,49          | 0,51%          | 5.666.213,40          | 1,40%          | 287,88%                 |
| EDUCAÇÃO               | 58.835.377,79         | 20,63%         | 134.605.748,29        | 33,20%         | 128,78%                 |
| GESTÃO AMBIENTAL       | 704.368,06            | 0,25%          | 1.268.077,40          | 0,31%          | 80,03%                  |
| HABITAÇÃO              | 19.147.263,69         | 6,71%          | 21.655.599,69         | 5,34%          | 13,10%                  |
| ORGANIZAÇÃO AGRÁRIA    | 988.400,00            | 0,35%          | 2.413.250,00          | 0,60%          | 144,16%                 |
| SANEAMENTO             | 2.639.990,86          | 0,93%          | 5.994.993,96          | 1,48%          | 127,08%                 |
| TRABALHO               | 29.405.508,06         | 10,31%         | 26.384.712,98         | 6,51%          | -10,27%                 |
| TRANSPORTE             | 0,00                  | 0,00%          | 30.000.000,00         | 7,40%          | 0,00%                   |
| URBANISMO              | 51.210,00             | 0,02%          | 20.938.105,65         | 5,16%          | 40786,75%               |
| RESERVA DE CONTIGÊNCIA | 0,00                  | 0,00%          | 486.746,71            | 0,12%          | 0,00%                   |
| <b>TOTAL</b>           | <b>285.250.616,51</b> | <b>100,00%</b> | <b>405.457.151,23</b> | <b>100,00%</b> | <b>42,14%</b>           |

Fonte: Sistema de Gestão Governamental por Resultados - S2GPR



GRÁFICO VII

DEMONSTRATIVO DAS DESPESAS DO FECOP POR FUNÇÃO DE GOVERNO - 2013



Fonte: S2GPR/SEFAZ

Ressalte-se que, no Estado do Ceará, a operacionalização do FECOP é, como fonte de recursos, o que facilita a sua aplicação pelas diversas secretarias e órgãos da administração direta e indireta que tenham em suas missões atividades que se relacionem com o combate à pobreza.

O legislador cearense esclareceu, de uma vez por todas, a operacionalização do FECOP como fonte de recursos, conforme se observa da leitura do § 3º do art. 1º da Lei Complementar nº 37/2003, redação dada pela Lei Complementar nº 76, de 21 de maio de 2009, *in verbis*:

**Art. 1º (...)**

*§ 3º Os programas, projetos e atividades financiados pelo Fundo Estadual de Combate à Pobreza – FECOP, terão suas dotações orçamentárias consignadas nos órgãos e entidades executores, com fonte de recursos identificada por código próprio, denominado “Recursos Provenientes do FECOP”.*

Como se percebe, para o cumprimento da missão constitucional do FECOP, as dotações orçamentárias são consignadas nos diversos órgãos e entidades executoras e a operacionalização é feita como fonte de recursos.



Em cumprimento ao Art. 58, da Lei Complementar nº 101, de 04 de 2000, que discorre: "A prestação de contas evidenciará o desempenho da arrecadação em relação à previsão, destacando as providências adotadas no âmbito da fiscalização das receitas e combate à sonegação, as ações de recuperações de créditos nas instâncias administrativas e judicial, bem como as demais medidas para incremento das receitas tributárias e de contribuições," procedem-se, a seguir, comentários sobre as ações desenvolvidas no exercício de 2013.

### **REALIZAÇÕES 2013**

A política fiscal adotada pelo Estado fundamenta-se na busca do aumento da arrecadação mediante ações voltadas para obtenção da eficiência tributária e do combate à sonegação. Foram realizadas ações focando uma maior eficácia dos controles, a intensificação do relacionamento fisco-contribuinte, a identificação das dificuldades e potencialidades dos setores econômicos, a utilização da informática no tratamento das informações econômico-fiscais, a melhoria dos mecanismos de cobrança, a modernização dos processos de administração tributária, a ampliação da sistemática de substituição tributária e o fortalecimento do monitoramento fiscal. As ações realizadas em 2013 de forma detalhada foram:

#### **Programa de Refinanciamento Fiscal - REFIS**

- A Lei nº 15.384 de 25 de julho 2013, publicada no D.O.E, de 31/07/2013, que instituiu o Programa de Refinanciamento Fiscal - REFIS 2013, estabelecendo condições especiais aos contribuintes do ICM/ICMS, IPVA e ITCD para efetuarem a regularização dos débitos de natureza tributária decorrentes de fatos geradores ocorridos até 31/12/2012, inscritos ou não em Dívida Ativa. O prazo de adesão foi até 30/12/2013.
- O objetivo desta Lei foi de proporcionar ao contribuinte inadimplente com o Estado, condições favoráveis à regularização dos débitos, de forma que se possa readquirir a normalidade das obrigações tributárias.
- A arrecadação alcançada com os recolhimentos efetivos em 2013 foi de R\$ 253,39 milhões.

#### **Sistema Público de Escrituração Digital - SPED**

##### **Nota Fiscal Eletrônica - NFe**

- Atualmente 22.351 contribuintes estão obrigados à emissão de Nota Fiscal Eletrônica - NFe, sendo que deste total 5.048 contribuintes ingressaram no exercício de 2013. Destaca-se que no período de janeiro a novembro de 2013 foram autorizadas 48,44 milhões de NFe pelo Fisco Cearense. O volume destas operações representou o montante de R\$ 164,949 bilhões;



- Em 2013 foi implementado o Controle de Ocorrências relacionado a eventos da NFe, tais como: Cancelamento, Carta de Correção Eletrônica, Registro de Passagem Eletrônico, Ciência da Emissão, Confirmação da Operação, Operação não Realizada, Desconhecimento da Operação, Internalização SUFRAMA, Declaração Prévia de Emissão em contingência, dentre outros.

#### **Conhecimento de Transporte Eletrônico - CTe**

- O Conhecimento de Transporte Eletrônico - CTe permite um controle maior das operações de trânsito de mercadorias, tendo em vista que as NFe são relacionadas em cada CTe emitido, o que facilita e agiliza o registro de passagem das mercadorias na entrada ou saída do Estado, reduzindo o tempo de permanência dos veículos das transportadoras nos Postos Fiscais de divisa, implicando na redução de custos operacionais;
- Atualmente 551 transportadoras estão credenciadas à emissão do Conhecimento de Transporte Eletrônico - CTe, sendo que deste total, 295 contribuintes já estão obrigados a emissão. Destaca-se que no período de janeiro a novembro de 2013 foram autorizadas 3,59 milhões de CTe pelo Fisco Cearense. O volume destas operações representou o montante de R\$ 937,79 milhões.

#### **AUTOMAÇÃO DO CONTROLE NAS OPERAÇÕES INTERESTADUAIS**

- Em continuidade ao Projeto de Modernização do Trânsito de Mercadorias, onde foram investidos aproximadamente R\$ 85 milhões, nas áreas de infraestrutura, equipamentos e tecnologia;
- Instalação de Equipamentos de Raios-X de Carga, tipo Scanners, visando combater a sonegação fiscal no posto de fiscalização localizados em Penaforte;
- Implantação de sistema de pesagem dinâmica de cargas, composto por balança, cancela eletrônica, câmeras OCR e do tipo Dome no Posto Fiscal de Penaforte, instrumentos com tecnologia avançada, tornando mais ágil e eficiente o processo de controle e fiscalização de tributos nas divisas do Estado.

#### **REDE NACIONAL PARA A SIMPLIFICAÇÃO DO REGISTRO E DA LEGALIZAÇÃO DE EMPRESAS E NEGÓCIOS**

- Instituição do Subcomitê Estadual para gestão da REDESIM com a finalidade de implantar o processo de simplificação e desburocratização dos procedimentos de abertura, alteração e baixa de empresários e pessoas jurídicas em conformidade com a Lei Estadual nº 11.598 / 2007.





## **TRIBUTAÇÃO**

- Instituição do Regime de Substituição Tributária com Carga Líquida do ICMS nas Operações com Produtos de Informática, com o objetivo de ampliar o número de contribuintes e alavancar a arrecadação;
- Implantação da nova sistemática de tributação do ICMS nas operações de trigo.

## **AÇÕES DE FISCALIZAÇÃO E MONITORAMENTO**

### **Fiscalização do Trânsito de Mercadorias**

- Lavrados 6.529 Autos de Infração até novembro de 2013, na Fiscalização do Trânsito de Mercadorias, no valor principal total corrigido de R\$ 7,60 milhões. Considerando as multas e juros corrigidos, o montante totaliza R\$ 26,40 milhões;

### **Fiscalização de Empresas**

- Das ações fiscais realizadas, resultou no lançamento do crédito tributário de ICMS, por meio de Auto de Infração, no valor principal corrigido de R\$ 1.849,23 milhões. Considerando as multas e juros corrigidos, o montante totaliza R\$ 1.949,70 milhões, conforme tabela a seguir:

**TABELA 18**  
**DEMONSTRATIVO DOS AUTOS DE FISCALIZAÇÃO DE EMPRESAS**

(R\$ 1,00)

| <b>QTDE<br/>AUTOS</b> | <b>ICMS CORRIGIDO</b> | <b>MULTA<br/>CORRIGIDA</b> | <b>JUROS<br/>CORRIGIDOS</b> | <b>TOTAL</b>     |
|-----------------------|-----------------------|----------------------------|-----------------------------|------------------|
| 7.158                 | 1.849.225.553,03      | 98.529.101,66              | 1.943.350,33                | 1.949.698.005,02 |

Fonte: CATRI/SEFAZ

### **Monitoramento Fiscal**

- Em 2013, foi realizado o monitoramento fiscal de 4.452 contribuintes, considerados de maior representatividade, com participação de 90% na arrecadação de ICMS do Estado do Ceará. O referido monitoramento visa acompanhar o cumprimento das obrigações principal e acessória dos contribuintes, bem como maximizar a receita de ICMS do Estado, mediante adoção eficiente de indicadores de performance, estruturação de forma padronizada dos procedimentos fiscais e utilização de ferramenta técnica e gerencial informatizada;



- Como resultado do Monitoramento Fiscal, foram recolhidos espontaneamente aos Cofres Públicos o montante de R\$ 70,10 milhões. Os valores recolhidos pelos contribuintes foram decorrentes de notificações dos Agentes Fiscais.

#### **Autos de Infração Pagos em 2013**

- No exercício de 2013, os Autos de Infração pagos totalizaram R\$ 200,71 milhões, incluindo principal, multa e juros, representando uma efetiva cobrança, bem como, demonstrando uma excelente recuperação do crédito tributário, conforme quadro a seguir:

TABELA 19  
DEMONSTRATIVO DOS AUTOS DE FISCALIZAÇÃO PAGOS

(R\$ 1,00)

| TIPO                       | QTDE AI       | PRINCIPAL             | MULTA                | JUROS                | TOTAL                 |
|----------------------------|---------------|-----------------------|----------------------|----------------------|-----------------------|
| AUDITORIA                  | 26.770        | 111.877.291,82        | 44.989.730,95        | 20.796.161,63        | 177.663.184,40        |
| CEXAT                      | 7.838         | 4.278.098,20          | 2.558.815,34         | 798.508,22           | 7.635.421,76          |
| TRÂNSITO DE<br>MERCADORIAS | 7.074         | 7.346.778,04          | 7.921.615,09         | 146.424,79           | 15.414.817,92         |
| <b>TOTAL</b>               | <b>41.682</b> | <b>123.502.168,06</b> | <b>55.470.161,38</b> | <b>21.741.094,64</b> | <b>200.713.424,08</b> |

Fonte: CATRI/SEFAZ

\* Ressalta-se que nos valores recolhidos de Auto de Infração estão incluídos os inscritos em Dívida Ativa.

#### **Substituição Tributária e Comércio Exterior**

- Ações de Monitoramento Fiscal de Substituição Tributária: foram emitidas 108 notificações no valor total de R\$ 90,54 milhões, deste total foi recuperado R\$ 2,97 milhões, sendo 78% deste montante decorrente do REFIS;
- Ações de Fiscalização: lançamento do crédito tributário (ICMS, multa e juros), por meio de Auto de Infração, no valor de R\$ 2,915 bilhões, sendo pagos R\$ 27,46 milhões;
- Verificação da exatidão dos ressarcimentos e restituições de ICMS dos segmentos de peças, trigo e outros, totalizando 448 processos, que resultou uma economia aos Cofres Públicos no valor de R\$ 7,77 milhões, conforme tabela a seguir:



TABELA 20  
DEMONSTRATIVO DA SUBSTITUIÇÃO TRIBUTÁRIA E COMÉRCIO EXTERIOR

(R\$ 1,00)

| Valor Solicitado (R\$) | Valor Deferido (R\$) | Valor Devidamente Retido (R\$) |
|------------------------|----------------------|--------------------------------|
| 46.380.100,75          | 38.607.515,31        | 7.772.585,44                   |

Fonte: CATRI/SEFAZ

- Ações de Monitoramento Fiscal do Comércio Exterior: Foi realizado o acompanhamento de 53 empresas durante o período de janeiro a novembro de 2013, destas ações foram recolhidos aos cofres estaduais o montante de R\$ 668 mil, foram parcelados os montantes R\$ 38 mil e autuados R\$ 13,50 milhões;
- Foram analisados 6.232 processos de benefícios fiscais de ICMS importação, no prazo máximo de 48 horas, destacando-se a análise dos processos de diferimento, drawback e mandado judicial que representam 85% dos processos analisados entre janeiro a novembro/2013.

TABELA 21  
DEMONSTRATIVO DOS PROCESSOS DE BENEFÍCIOS FISCAIS ICMS IMPORTAÇÃO

(R\$ 1,00)

| Modalidade       | Quant. Processos | Valor ICMS Importação Desonerado |
|------------------|------------------|----------------------------------|
| Diferimento FDI  | 4.346            | 787.417.193,62                   |
| Drawback         | 856              | 472.053.971,35                   |
| Mandado Judicial | 73               | 2.230.737,93                     |

Fonte: CATRI/SEFAZ

#### Macrossegmentos Energia, Comunicação e Combustíveis

- Lançamento do crédito tributário no montante de R\$ 208,7 milhões, no período de janeiro a outubro de 2013.
- Realização de Monitoramento Fiscal em 167 contribuintes, analisando as operações correntes e efetuando a cobrança de débitos pretéritos. Somente com a fruição dos benefícios do REFIS 2013, previstos na Lei nº 5.384/2013, foi recuperado em torno de R\$ 26 milhões de ICMS.



### **Representações Fiscais**

- De acordo com a Lei nº 8.137/90, que define os crimes contra a ordem tributária e os estabelece como crimes de ação penal pública, foram enviados ao Ministério Público do Estado do Ceará os Autos de Infração que configuram, em tese, crimes contra a ordem tributária, para apreciação e providências que se fizerem necessárias. No período de janeiro a julho de 2013, foram encaminhados um total de 269 (duzentos e sessenta e nove) Representações Fiscais, originadas de 338 (trezentos e trinta e oito) Autos de Infração lavrados contra contribuintes do Estado do Ceará, todos com trânsito em julgado na via administrativa e devidamente inscritos na Dívida Ativa Estadual.
- As Referidas Representações Fiscais resultaram em supressão de receita tributária de ICMS no valor de R\$ 19,69 milhões que, acrescida dos valores correspondentes às penalidades pecuniárias legais, totalizaram um montante devido ao Estado do Ceará de R\$ 42,78 milhões, assim distribuídos:

TABELA 22  
DEMONSTRATIVO DAS REPRESENTAÇÕES FISCAIS

(R\$ 1,00)

| <b>Representações Fiscais</b> | <b>Autos de Infração</b> | <b>ICMS Devido (R\$)</b> | <b>Multa (R\$)</b> | <b>Total (R\$)</b> |
|-------------------------------|--------------------------|--------------------------|--------------------|--------------------|
| 269                           | 338                      | 19.688.153,97            | 23.086.734,51      | 42.775.888,48      |

Fonte: CATRI/SEFAZ

NOTA: Os valores demonstrados apresentam-se em valores nominais (valores da época da autuação).

- O envio ao Ministério Público Estadual, dos autos de infração, que configurem, em tese, crime contra a ordem tributária, com trânsito em julgado e encaminhados à Dívida Ativa do Estado, nos meses de agosto a dezembro foram suspensos com objetivo de conceder ao contribuinte o pagamento espontâneo com os benefícios desta Lei nº 15.384, que institui o Programa de Recuperação Fiscal - REFIS 2013, independente de notificação;
- Os autos de infração que se encontram concluídos para envio ao Ministério Público Estadual perfazem um total de 192 autos, com os valores abaixo:

TABELA 23  
DEMONSTRATIVO DOS AUTOS DE INFRAÇÃO CONCLUÍDOS

(R\$ 1,00)

| ICMS Devido   | Multa         | Total         |
|---------------|---------------|---------------|
| 18.976.249,04 | 18.883.768,69 | 37.860.017,73 |

Fonte: CATRI/SEFAZ

#### **Revisão Fiscal**

- Foram realizadas até novembro de 2013 a análise da viabilidade de recuperação do crédito tributário de 129 processos de Autos Nulos/Extintos oriundos do Contencioso Administrativo Tributário;
- Realização de ações fiscais de Revisão Fiscal no exercício de 2013, resultando na lavratura de 101 Autos de Infração e o lançamento de R\$ 39,22 milhões de ICMS e multa.

#### **PARCELAMENTO DE DÉBITOS FISCAIS PELA INTERNET - ICMS E IPVA**

- Permite ao contribuinte de ICMS do Estado do Ceará a realização de parcelamentos de débitos fiscais (ICMS e Autos de Infração) pela Internet, bem como o parcelamento do IPVA. O Parcelamento de Débitos Fiscais pela Internet vem dando uma contribuição imensurável para a eficiência no atendimento aos contribuintes de ICMS do Estado do Ceará, haja vista que a aplicação desta ferramenta trouxe maior comodidade e agilidade para o contribuinte e transparência na evidenciação dos débitos fiscais, o que permite, com facilidade, a regularização da sua situação Fiscal perante o órgão fazendário.

#### **CONTROLE DA ARRECADAÇÃO DAS RECEITAS DOS ÓRGÃOS PÚBLICOS ESTADUAIS DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA E INDIRETA**

- Implantação do Projeto Piloto de Controle da arrecadação das receitas originárias dos órgãos da administração direta e indireta. Este projeto compreende o desenvolvimento de aplicativo para registro, por meio de DAE, da entrada de recursos públicos arrecadados da Administração Direta e Indireta, de modo que se possibilite uma maior segurança na gestão da receita estadual e o acompanhamento do repasse das receitas públicas aos órgãos envolvidos.



---

## **IMPLANTAÇÃO DE NOVAS FERRAMENTAS**

### **Catálogo Eletrônico de Valor de Referência - CEVR**

- A ferramenta permite criar um catálogo único de preços dos produtos, calcular médias parciais e totais dos produtos, gerar índices de subfaturamento, subsidiar estudos para formação da pauta fiscal, mediante utilização intensiva das informações prestadas pelos contribuintes através de NF-e e SPED.

### **Sistema de Gestão Tributária - SIGET**

- Projeto Piloto do Sistema de Gestão Tributária - SIGET para o fornecimento de dados e informações econômico fiscais, possibilitando à Administração Tributária monitorar o cumprimento das obrigações tributárias e efetuar análises do desempenho fiscal dos contribuintes.

## **PAINEL FISCAL**

- Sistema de acompanhamento do desempenho dos tributos estaduais através de indicadores extraídos das base de dados corporativa da Secretaria da Fazenda do Estado do Ceará (SEFAZ), possibilitando o registro e o acompanhamento de análises subjetivas e ações designadas por indicador e período, seus impactos nos resultados, em um ambiente de rede social integrada, além da integração deste software com os dados corporativos da SEFAZ.

## **Taxas**

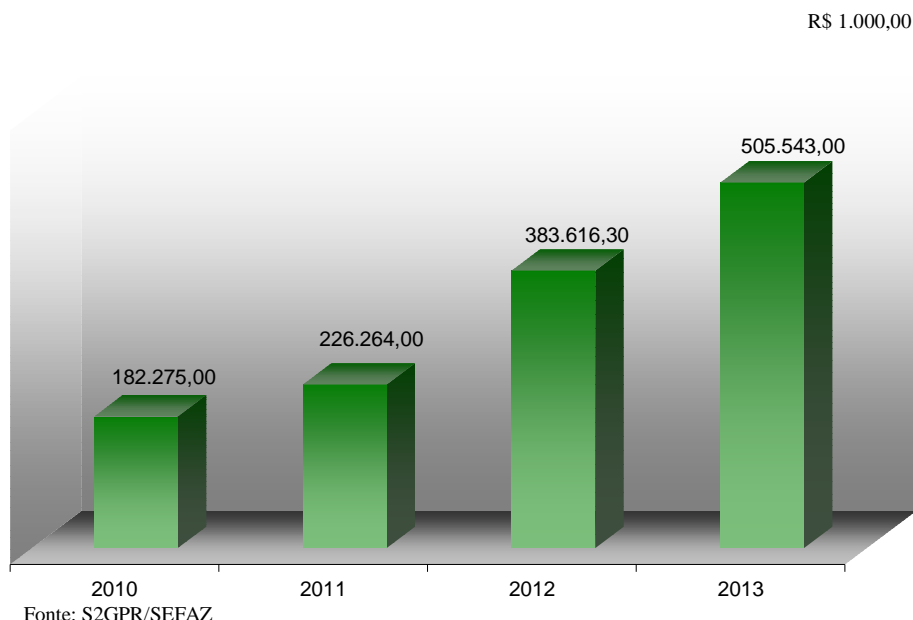
As receitas provenientes das Taxas, orçadas em R\$ 24.722.310,40 totalizaram na sua realização, R\$ 10.458.431,22, representando apenas 0,11% da Receita Tributária.

Nesta Fonte de Receita, as Taxas Pela Prestação de Serviços, em 2013, somaram R\$ 9.329.077,80, e cresceram 103,09%, em comparação com o exercício anterior.

## **Receita Patrimonial**

A Receita Patrimonial, prevista em R\$ 246.119.100,82 alcançou no exercício de 2013 a quantia de R\$ 505.543.676,02, correspondendo a 2,97% das Receitas Correntes. Esta fonte de receita é formada basicamente pelas Receitas de Valores Mobiliários e Receitas da Cessão de Direitos com participação de 98,86%. Esse resultado é fruto de negociações por melhores taxas de rendimentos das aplicações, como também pelos valores da Venda da Folha de Pagamento do Governo do Estado do Ceará ao Banco Bradesco S/A.

GRÁFICO VIII  
EVOLUÇÃO DA RECEITA PATRIMONIAL - 2010 A 2013



### Receitas de Serviços

As Receitas de Serviços, que no ano de 2013 não teve nenhuma previsão orçamentária, chegou à cifra de R\$ 11.181.020,46.

### Transferências Correntes

As Transferências Correntes, com previsão final de R\$ 7.023.180.445,25, chegaram à cifra de R\$ 6.388.525.401,71, inferior à sua previsão em 9,04%. Tal receita representa 37,46 das Receitas Correntes.

No que diz respeito às transferências constitucionais da União feitas ao Tesouro Estadual, estas atingiram R\$ 5,095 bilhões, no período de janeiro a dezembro de 2013, com um acréscimo nominal de 7,35% relativamente ao mesmo período do ano passado, conforme demonstrado na tabela seguinte. No que se refere a estas transferências, a de maior representatividade foi a receita do Fundo de Participação dos Estados - FPE, que, no período supracitado, totalizou R\$ 4,888 bilhões, com um acréscimo nominal de 7,55%, comparado com 2012. Esta transferência participou com 76,52% das Transferências Correntes e 28,72% das Receitas Correntes.

Convém informar que no exercício de 2013 as Transferências de Recursos do FUNDEB que se referem ao retorno estão contidas em Outras Transferências Multigovernamentais no valor de R\$ 903.082.506,48 (172401) e participou com 14,14% das Transferências Correntes.

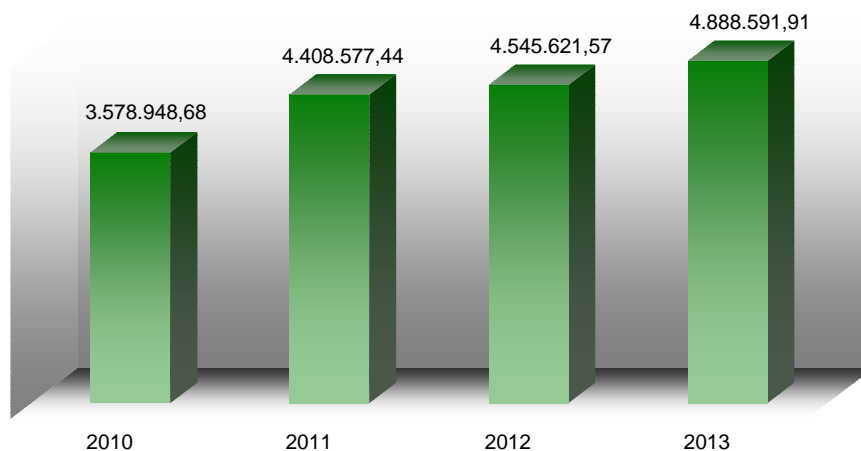
**TABELA 24**  
**DEMONSTRATIVO DAS TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS DA UNIÃO VALORES NOMINAIS**

(R\$ 1,00)

| RECEITAS            | 2012                    | 2013                    | VARIAÇÃO %<br>(2012 / 2013) | PARTICIPAÇÃO<br>% |
|---------------------|-------------------------|-------------------------|-----------------------------|-------------------|
| FPE                 | 4.545.620.948,57        | 4.888.591.908,78        | 7,55                        | 95,94             |
| CIDE                | 39.594.407,70           | 2.085.605,03            | -94,73                      | 0,04              |
| FEP                 | 18.402.940,40           | 19.117.370,64           | 3,88                        | 0,38              |
| ROYALTIES           | 14.212.255,46           | 19.148.194,79           | 34,73                       | 0,38              |
| IPI                 | 27.785.366,89           | 29.507.365,77           | 6,20                        | 0,58              |
| LEI KANDIR          | 23.821.346,28           | 23.821.346,27           | -0,00                       | 0,47              |
| FUNDO DE EXPORTAÇÃO | 6.100.672,50            | 0,00                    | -100,00                     | 0,00              |
| CFEM                | 756.859,92              | 923.010,98              | 21,95                       | 0,02              |
| FNDE                | 70.268.864,30           | 112.287.570,77          | 59,80                       | 2,20              |
| ISO                 | 184,46                  | 1.172,41                | 535,59                      | 0,00              |
| <b>TOTAL</b>        | <b>4.746.563.846,48</b> | <b>5.095.483.545,44</b> | <b>7,35</b>                 | <b>100,00</b>     |

Fonte: Sistema de Gestão Governamental por Resultados - S2GPR

**GRÁFICO IX**  
**EVOLUÇÃO DA RECEITA DO FPE - 2010 - 2013**



Fonte: S2GPR/SEFAZ





No exercício de 2012, houve mudança de critério com relação ao FUNDEB, as receitas que compõem a sua base de cálculo foram registradas pelos seus valores brutos. Contudo, os percentuais deduzidos da arrecadação das receitas e aqueles retidos automaticamente das transferências, ambos destinados à formação do FUNDEB; foram registrados em conta contábil de dedução da Receita Orçamentária Arrecadada, conforme Portaria STN nº 328, de 27 de agosto de 2001.

As Tabelas seguintes demonstram a composição dos recursos que formam o FUNDEB, bem como os que o Estado do Ceará transfere para o Fundo.

A composição das origens do FUNDEB está discriminada na tabela a seguir.

TABELA 25

DEMONSTRATIVO DAS ORIGENS DOS RECURSOS DO FUNDEB ESTADO DO CEARÁ - 2013

| (R\$ 100)                          |                         |               |
|------------------------------------|-------------------------|---------------|
| ORIGENS DOS RECURSOS               | VALOR                   | PART. %       |
| ICMS ESTADUAL                      | 434.886.192,96          | 36,59         |
| FPE                                | 256.387.787,74          | 21,57         |
| FPM                                | 181.419.265,09          | 15,26         |
| IPI EXP                            | 1.546.342,56            | 0,13          |
| ITR                                | 122.857,10              | 0,01          |
| ITCMD                              | 3.293.219,66            | 0,28          |
| IPVA                               | 28.134.608,20           | 2,37          |
| ICMS LEI 87/96                     | 1.664.108,52            | 0,14          |
| AJUSTE RETORNO 2013                | -4.371.875,35           | (0,37)        |
| <b>TOTAL DA RECEITA DO RETORNO</b> | <b>903.082.506,48</b>   | <b>75,99</b>  |
| AJUSTE COMPL UNIÃO 2012            | 47.259.629,70           | (0,09)        |
| AJUSTE COMPL UNIÃO 2013            | -1.016.185,56           | 3,98          |
| COMPL. DA UNIÃO DO EXERCÍCIO       | 239.171.171,10          | 20,12         |
| <b>TOTAL DO COMPL. DA UNIAO</b>    | <b>285.414.615,24</b>   | <b>24,01</b>  |
| <b>TOTAL</b>                       | <b>1.188.497.121,72</b> | <b>100,00</b> |

Fonte: Dados coletados do sistema DAF do Banco do Brasil S/A

Nota 1: O ajuste de 2012 refere-se à Portaria MEC nº 344, de 24 de abril de 2013;

Nota 2: Os ajustes de 2013 referem-se a Portaria Interministerial nº 4, de 7 de maio de 2013.

Os recursos transferidos ao FUNDEB, que correspondem a 20% da parcela pertencente ao Governo Estadual do ICMS, IPVA, ITCD, FPE, IPI Exportação, Lei Complementar 87/96, foram registrados como dedução da respectiva receita orçamentária, conforme discriminado abaixo:



TABELA 26

DEMONSTRATIVO DOS RECURSOS TRANSFERIDOS AO FUNDEB ESTADO DO CEARÁ - 2013

| (R\$ 1,00)     |                         |               |
|----------------|-------------------------|---------------|
| FONTES         | VALOR                   | PART. %       |
| ICMS Estadual  | 1.244.830.572,49        | 54,18         |
| FPE            | 977.718.381,50          | 42,55         |
| IPI Exportação | 4.426.104,69            | 0,19          |
| ITCMD          | 12.578.699,78           | 0,55          |
| IPVA           | 53.376.386,68           | 2,32          |
| ICMS Lei 87/96 | 4.764.269,19            | 0,21          |
| <b>TOTAL</b>   | <b>2.297.694.414,33</b> | <b>100,00</b> |

**Fonte:** Dados coletados do sistema DAF do Banco do Brasil S/A e do Sistema de Arrecadação de Tributos Unificado e Repasse da SEFAZ/CE;

**Nota 1:** Valores computados pelo regime de caixa;

**Nota 2:** Nos valores referentes ao ITCD, ICMS e IPVA, estão computados o valor Principal, Dívida Ativa e Multas e Juros de Mora;

**Nota 3:** Nos repasses realizados em 2013, constam repasses complementares de 2012:

ICMS - R\$ 36.351.476,10, IPVA - R\$ 266.253,89 e ITCD - R\$ 660.112,66;

**Nota 4:** Parcela da receita arrecadada em 2013 foi repassada ao FUNDEB em 2014:

ICMS - R\$ 38.247.994,94 , IPVA - R\$ 420.188,26 e ITCD - R\$ 1.242.787,48;

**Nota 5:** Os recursos transferidos ao FUNDEB, em 2013, foram contabilizados como dedução da receita orçamentária.

O resultado negativo do FUNDEB representa a participação que os Municípios auferiram nos recursos transferidos pelo Estado ao Fundo, conforme composição distributiva estabelecida pela Lei 11.494/2007.

TABELA 27

DEMONSTRATIVO DO RESULTADO DO FUNDEB NO ESTADO DO CEARÁ - 2013

| (R\$ 1,00)                          |                           |
|-------------------------------------|---------------------------|
| DESCRIÇÃO                           | VALOR                     |
| Transferência Realizada pelo Estado | (2.297.694.414,33)        |
| Retornou para o Estado              | 903.082.506,48            |
| <b>Perda do Estado</b>              | <b>(1.394.611.907,85)</b> |

Fonte: Sistema de Gestão Governamental por Resultados - S2GPR

A tabela a seguir demonstra a evolução das perdas do FUNDEB do período de 2008 a 2013

TABELA 28

DEMONSTRATIVO DO EVOLUÇÃO DAS PERDAS DO FUNDEB - 2008 A 2013

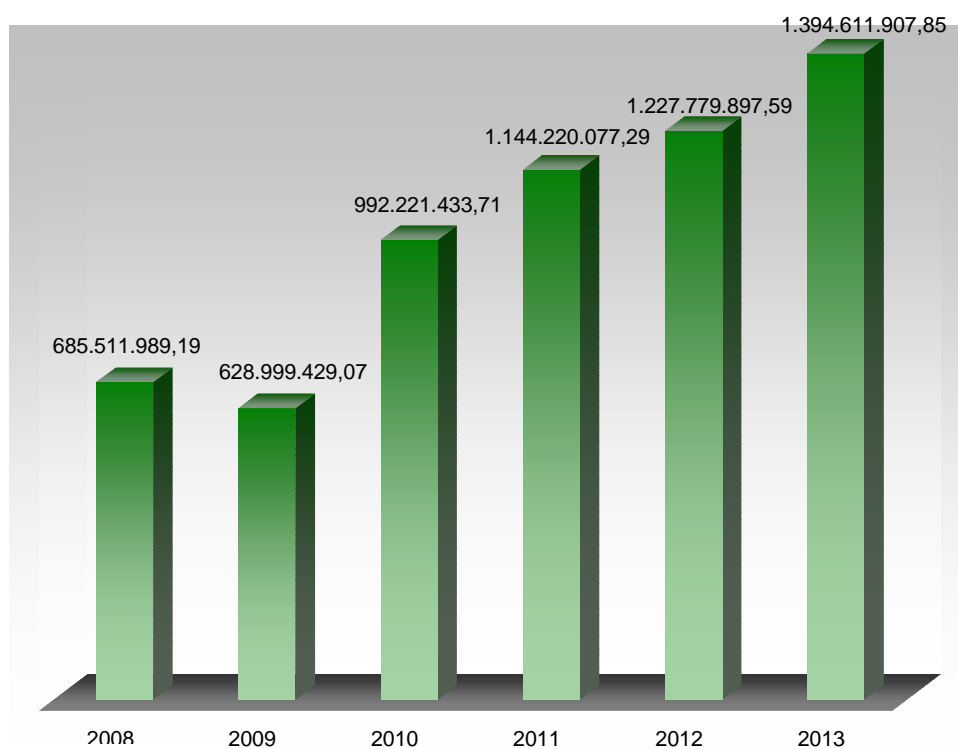
| (R\$ 1,00)   |                |                |                |                  |                  |                  |
|--------------|----------------|----------------|----------------|------------------|------------------|------------------|
|              | 2008           | 2009           | 2010           | 2011             | 2012             | 2013             |
| <b>PERDA</b> | 685.511.989,19 | 628.999.429,07 | 992.221.433,71 | 1.144.220.077,29 | 1.227.779.897,59 | 1.394.611.907,85 |

Fonte: S2GPR/SEFAZ



Os recursos transferidos ao FUNDEB, que correspondem a 20% da parcela pertencente ao Governo Estadual do ICMS, IPVA, ITCD, FPE, IPI Exportação, Lei Complementar 87/96, foram registrados como dedução da respectiva receita orçamentária.

**GRÁFICO X**  
**EVOLUÇÃO DAS PERDAS DO FUNDEB 2008-2013**



### **Outras Receitas Correntes**

Esse grupo de receitas alcançou a cifra de R\$ 317.288.347,16, superior ao previsto em 29,05%. Esse grupo apresentou um acréscimo nominal de 29,02% em relação ao exercício de 2012. O item Multas e Juros de Mora participou com R\$ 135.480.167,90, equivalente a 42,70% do total do grupo. Os demais itens: Indenizações e Restituições, Receita da Dívida Ativa e Receitas Diversas atingiram um montante de R\$ 181.808.179,26, representando 57,30% da rubrica Outras Receitas Correntes.

### 2.1.1.2. Receitas de Capital

A Categoria Receitas de Capital, no ano de 2013, somou o montante de R\$ 1.786.129.324,76, correspondendo a uma participação de 9,48% do total da Receita Orçamentária.

Em 2013, houve um incremento nominal nas Receitas de Operações de Crédito de 46,70% em relação ao ano anterior, conforme tabela abaixo:

TABELA 29  
DEMONSTRATIVO COMPARATIVO DA PREVISÃO COM A ARRECADAÇÃO A RECEITA DE OPERAÇÃO  
DE CRÉDITO

| (R\$ 1,00)                 |                          |                          |               |                |
|----------------------------|--------------------------|--------------------------|---------------|----------------|
| ESPECIFICAÇÃO              | AUTORIZAÇÃO              | REALIZAÇÃO               | REALIZAÇÃO %  | PARTICIPAÇÃO % |
| <b>FISCAL</b>              | <b>14.334.184.166,40</b> | <b>11.205.636.561,01</b> | <b>93,38</b>  | <b>78,17</b>   |
| Corrente                   | 9.101.180.597,95         | 8.724.376.669,06         | 72,71         | 95,86          |
| Capital                    | 5.233.003.568,45         | 2.481.259.891,95         | 20,68         | 47,42          |
| Reserva                    | 0,00                     | 0,00                     | 0,00          | 0,00           |
| <b>SEGURIDADE SOCIAL</b>   | <b>829.539.835,76</b>    | <b>793.990.244,37</b>    | <b>6,62</b>   | <b>95,71</b>   |
| Corrente                   | 805.568.222,86           | 781.024.796,34           | 6,51          | 96,95          |
| Capital                    | 23.971.612,90            | 12.965.448,03            | 0,11          | 54,09          |
| <b>INVEST.DAS EMPRESAS</b> | <b>0,00</b>              | <b>0,00</b>              | <b>0,00</b>   | <b>0,00</b>    |
| Capital                    | 0,00                     | 0,00                     | 0,00          | 0,00           |
| <b>TOTAL</b>               | <b>15.163.724.002,16</b> | <b>11.999.626.805,38</b> | <b>100,00</b> | <b>79,13</b>   |

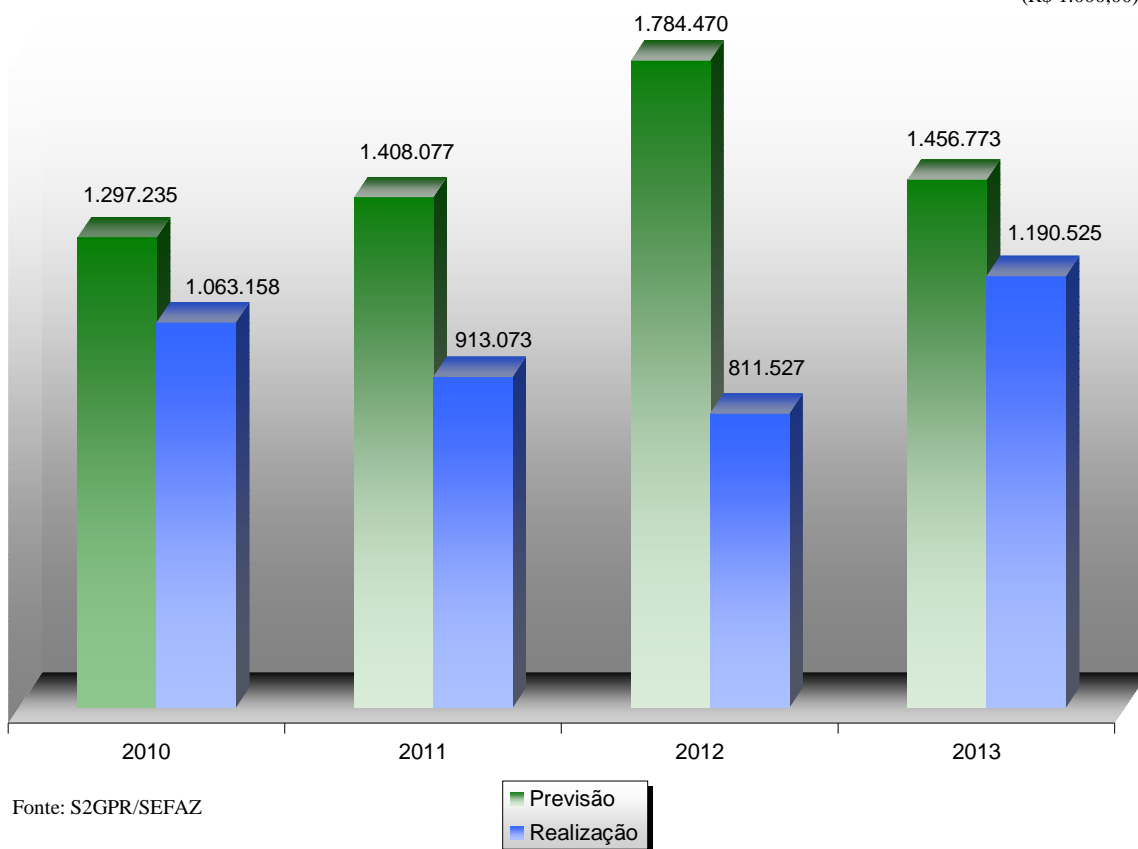
Fonte: Sistema de Gestão Governamental por Resultados - S2GPR



GRÁFICO XI

COMPARATIVO DA PREVISÃO COM A ARRECADAÇÃO DA RECEITA DE OPERAÇÃO DE CRÉDITO -  
2010 - 2013

(R\$ 1.000,00)



A participação das Operações de Crédito em relação à receita total, nos últimos cinco anos, encontra-se demonstrada a seguir:



**TABELA 30**  
**DEMONSTRATIVO DA EVOLUÇÃO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO EM RELAÇÃO À**  
**RECEITA TOTAL: 2010 A 2013**

| ANO  | VALOR LIBERADO | Valores Correntes (R\$ 1,00) |                |
|------|----------------|------------------------------|----------------|
|      |                | RECEITA TOTAL                | PARTICIPAÇÃO % |
| 2010 | 1.063.158.347  | 12.861.165.312               | 8,27           |
| 2011 | 913.072.697    | 14.111.161.195               | 6,47           |
| 2012 | 811.527.194    | 16.238.573.150               | 5,00           |
| 2013 | 1.190.525.229  | 18.844.349.204               | 6,32           |

Fonte: Sistema de Gestão Governamental por Resultados - S2GPR

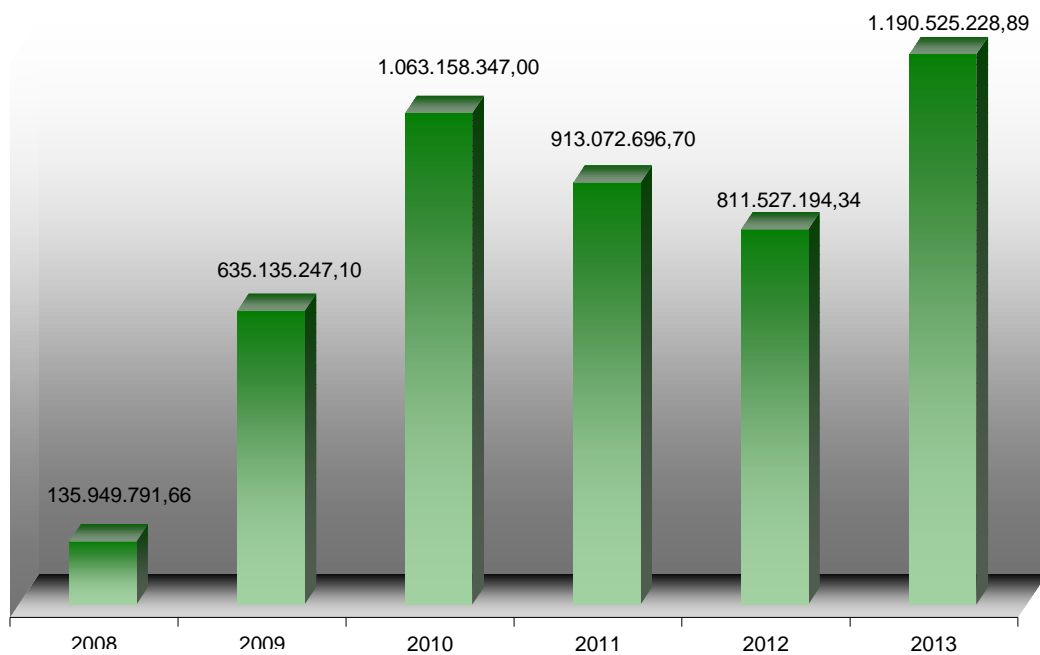
Do montante total das operações de crédito realizadas em 2013, destacam-se as operações de créditos internas obtidas junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES e ao Banco do Brasil - BB, que totalizaram o valor de R\$ 661.076.342,55, correspondente a 55,53% da receita total de operação de crédito, sendo que os recursos originados através do BNDES foram aplicados no pagamento da Sociedade de Propósito Específico - SPE, a qual reformou e opera o Arena Castelão, no Programa Metrofor, no Programa Hidroagrícola, e no Programa BNDES Estados destinado a projetos do Plano de Investimentos do Estado constante no Plano Plurianual - PPA e com à aquisição de 04 (quatro) tuneladoras EPB (Earth Pressure Balanced) a serem utilizadas na implantação da Linha Leste do Metrô de Fortaleza. Com o Banco do Brasil S/A, foram utilizados exclusivamente para viabilizar a execução de despesas de capital constante no Plano Plurianual - PPA, ambos provenientes do Programa de Apoio ao Investimento dos Estados e Distrito Federal - PROINVEST, conforme Resolução do Conselho Monetário Nacional nº 4.109, de 05 de julho de 2012.

Nesse montante de 2013, também estão incluídas as operações de crédito externa destinadas ao Programa de Saúde financiado pelo BID no valor de R\$ 29.040.858,75, ao Programa São José III, que trata da redução da Pobreza Rural financiado pelo BID no valor de R\$ 22.375.100,00, ao Programa de valorização Turística com a Corporação Andina de Fomento - CAF no valor de R\$ 40.099.252,38, ao Programa de Aquisição de Equipamentos e Instrumentos Técnicos Científicos com a MLW Intermed no valor de R\$142.488.214,31 e ao Programa PforR através do Banco Mundial (BIRD) - Projeto de Apoio ao Crescimento Econômico com Redução das Desigualdades e Sustentabilidade Ambiental no valor de R\$ 222.204.955,00.



GRÁFICO XII

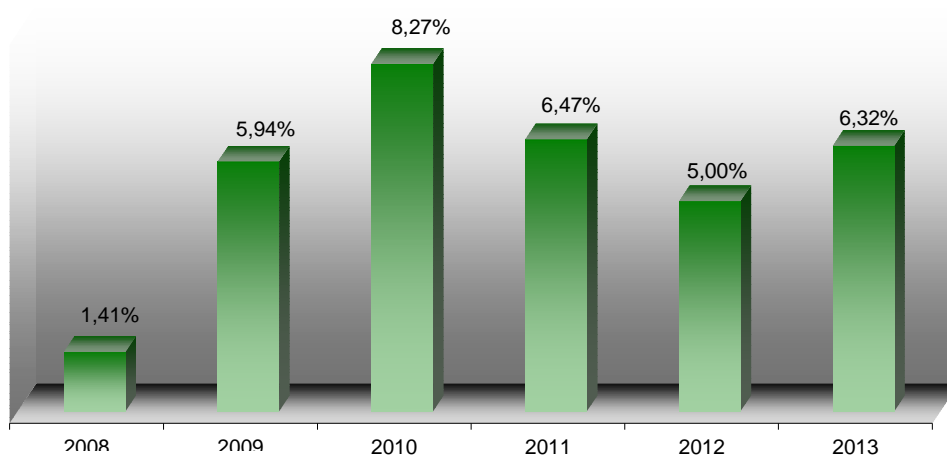
EVOLUÇÃO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO VALORES CORRENTES - 2008 A 2013



Fonte: S2GPR/SEFAZ

GRÁFICO XIII

PARTICIPAÇÃO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO EM RELAÇÃO À RECEITA TOTAL - 2008 A 2013



Fonte: S2GPR/SEFAZ



## Alienação de Bens

A alienação de Bens, no ano de 2013, somou o montante de R\$ 22.325,38, com uma participação de 0,13% desprezível no total da Receita de Capital. O valor arrecadado é exclusivamente de Alienação de Bens Móveis. Essa receita apresentou em 2013 uma redução de 99,66% em comparação com o exercício anterior.

## Transferência de Capital

No ano de 2013, esse grupo foi o segundo mais relevante da categoria Receita de Capital com o montante de R\$ 595.581.770,49 participando com 33,34% no total da sua categoria. Essa receita apresentou em 2013 um acréscimo de 390,66% em comparação com exercício anterior.

## Outras Receitas de Capital

O grupo Outras Receitas de Capital, no ano de 2013 não teve arrecadação, no entanto foi previsto o valor de R\$ 3.116.739,48.

### 2.1.2. Despesa Orçamentária

A Despesa Realizada na Administração Direta, derivada da Lei Orçamentária Anual de 2013 e de seus créditos adicionais, atingiu o total de R\$ 11.999.626.805,38 correspondendo a 79,14%, da despesa final fixada, que foi R\$ 15.163.724.002,16, não incluindo as transferências para administração Indireta.

#### 2.1.2.1. A Despesa Orçamentária, por Tipo de Crédito, está assim demonstrada:

TABELA 31  
DEMONSTRATIVO COMPARATIVO DA DESPESA AUTORIZADA X REALIZADA,  
POR TIPO DE CRÉDITO

| (R\$ 1,00)                 |                          |                          |              |               |
|----------------------------|--------------------------|--------------------------|--------------|---------------|
| CRÉDITOS                   | AUTORIZAÇÃO              | REALIZAÇÃO               | REALIZAÇÃO % | PART.%        |
| Ordinários e Suplementares | 14.920.291.658,09        | 11.999.626.805,38        | 80,42        | 100,00        |
| Créditos Especiais         | 243.432.344,07           | 0,00                     | 0,00         | 0,00          |
| Créditos Extraordinários   | 0,00                     | 0,00                     | 0,00         | 0,00          |
| <b>TO TAL</b>              | <b>15.163.724.002,16</b> | <b>11.999.626.805,38</b> | <b>79,13</b> | <b>100,00</b> |

Fonte: Sistema de Gestão Governamental por Resultados - S2GPR





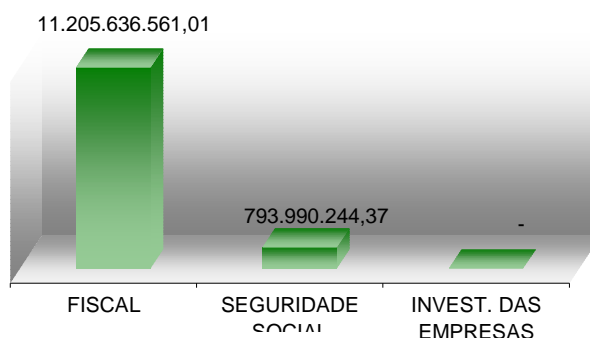
De acordo com a Lei Orçamentária Anual, que obedeceu à Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2012, a despesa autorizada e a realizada por tipo de orçamento e segundo as categorias econômicas, estão demonstradas a seguir:

TABELA 32  
DEMONSTRATIVO COMPARATIVO DA DESPESA AUTORIZADA COM A REALIZADA, POR  
TIPO DE ORÇAMENTO E CATEGORIA ECONÔMICA

| (R\$ 1,00)                 |                          |                          |               |                |
|----------------------------|--------------------------|--------------------------|---------------|----------------|
| ESPECIFICAÇÃO              | AUTORIZAÇÃO              | REALIZAÇÃO               | REALIZAÇÃO %  | PARTICIPAÇÃO % |
| <b>FISCAL</b>              | <b>14.334.184.166,40</b> | <b>11.205.636.561,01</b> | <b>93,38</b>  | <b>78,17</b>   |
| Corrente                   | 9.101.180.597,95         | 8.724.376.669,06         | 72,71         | 95,86          |
| Capital                    | 5.233.003.568,45         | 2.481.259.891,95         | 20,68         | 47,42          |
| Reserva                    | 0,00                     | 0,00                     | 0,00          | 0,00           |
| <b>SEGURIDADE SOCIAL</b>   | <b>829.539.835,76</b>    | <b>793.990.244,37</b>    | <b>6,62</b>   | <b>95,71</b>   |
| Corrente                   | 805.568.222,86           | 781.024.796,34           | 6,51          | 96,95          |
| Capital                    | 23.971.612,90            | 12.965.448,03            | 0,11          | 54,09          |
| <b>INVEST.DAS EMPRESAS</b> | <b>0,00</b>              | <b>0,00</b>              | <b>0,00</b>   | <b>0,00</b>    |
| Capital                    | 0,00                     | 0,00                     | 0,00          | 0,00           |
| <b>TOTAL</b>               | <b>15.163.724.002,16</b> | <b>11.999.626.805,38</b> | <b>100,00</b> | <b>79,13</b>   |

Fonte: Sistema de Gestão Governamental por Resultados - S2GPR

GRÁFICO XIV  
DESPESA REALIZADA POR TIPO DE ORÇAMENTO



Fonte: S2GPR/SEFAZ

A participação dos poderes do Estado, com seus respectivos órgãos, e do Ministério Público, no cômputo da despesa autorizada e realizada, está evidenciada no quadro seguinte:

TABELA 33  
DEMONSTRATIVO COMPARATIVO DA DESPESA AUTORIZADA COM A REALIZADA, POR  
PODER E ÓRGÃO

| (R\$ 1,00)                                      |                          |                          |                         |              |               |
|---|--------------------------|--------------------------|-------------------------|--------------|---------------|
| ESPECIFICAÇÃO                                   | AUTORIZAÇÃO              | REALIZAÇÃO               | SALDO                   | REALIZ. %    | PART. %       |
| <b>PODER LEGISLATIVO</b>                        | <b>506.845.280,15</b>    | <b>497.816.516,53</b>    | <b>9.028.763,62</b>     | <b>98,22</b> | <b>4,15</b>   |
| Assembleia Legislativa                          | 363.044.019,67           | 358.398.011,45           | 4.646.008,22            | 98,72        | 2,99          |
| Tribunal de Contas do Estado                    | 73.297.872,00            | 72.271.769,82            | 1.026.102,18            | 98,60        | 0,60          |
| Tribunal de Contas dos Municípios               | 70.503.388,48            | 67.146.735,26            | 3.356.653,22            | 95,24        | 0,56          |
| <b>PODER JUDICIÁRIO</b>                         | <b>743.351.132,65</b>    | <b>740.683.828,85</b>    | <b>2.667.303,80</b>     | <b>99,64</b> | <b>6,17</b>   |
| Tribunal de Justiça                             | 743.351.132,65           | 740.683.828,85           | 2.667.303,80            | 99,64        | 6,17          |
| <b>MINISTÉRIO DA JUSTIÇA</b>                    | <b>266.860.896,42</b>    | <b>261.958.706,54</b>    | <b>4.902.189,88</b>     | <b>98,16</b> | <b>2,18</b>   |
| Procuradoria Geral da Justiça                   | 266.860.896,42           | 261.958.706,54           | 4.902.189,88            | 98,16        | 2,18          |
| <b>PODER EXECUTIVO</b>                          | <b>13.646.666.692,94</b> | <b>10.499.167.753,46</b> | <b>3.147.498.939,48</b> | <b>76,94</b> | <b>87,50</b>  |
| Defensoria Pública Geral do Estado              | 97.813.137,30            | 96.600.673,62            | 1.212.463,68            | 98,76        | 0,81          |
| Secretaria da Infra-Estrutura                   | 1.188.863.976,10         | 539.504.504,93           | 649.359.471,17          | 45,38        | 4,50          |
| Sec. de Seg. Pub. e Def. Social                 | 115.455.612,91           | 94.825.298,43            | 20.630.314,48           | 82,13        | 0,79          |
| SSPDC - Polícia Civil                           | 289.800.835,10           | 276.787.143,01           | 13.013.692,09           | 95,51        | 2,31          |
| Polícia Militar                                 | 936.062.896,18           | 916.619.654,05           | 19.443.242,13           | 97,92        | 7,64          |
| Corpo de Bombeiros                              | 142.673.574,89           | 134.243.721,60           | 8.429.853,29            | 94,09        | 1,12          |
| Perícia Forense do Estado do Ceará              | 56.784.622,28            | 53.196.588,61            | 3.588.033,67            | 93,68        | 0,44          |
| Academia Estadual de Seg. Pública               | 15.307.586,11            | 10.475.281,67            | 4.832.304,44            | 68,43        | 0,09          |
| Gabinete do Governador                          | 47.730.807,41            | 45.140.970,16            | 2.589.837,25            | 94,57        | 0,38          |
| Gabinete do Vice-Governador                     | 3.915.246,11             | 3.678.701,95             | 236.544,16              | 93,96        | 0,03          |
| Procuradoria Geral do Estado                    | 64.995.262,26            | 61.926.845,41            | 3.068.416,85            | 95,28        | 0,52          |
| Casa Militar                                    | 9.078.691,00             | 8.962.668,42             | 116.022,58              | 98,72        | 0,07          |
| Conselho Estadual de Educação                   | 6.106.415,99             | 5.925.707,53             | 180.708,46              | 97,04        | 0,05          |
| Secretaria da Justiça e Cidadania               | 312.660.848,68           | 233.839.523,45           | 78.821.325,23           | 74,79        | 1,95          |
| Secretaria da Fazenda                           | 661.874.916,29           | 618.037.097,62           | 43.837.818,67           | 93,38        | 5,15          |
| - Encargos Gerais do Estado                     | 3.442.970.030,78         | 3.369.002.632,97         | 73.967.397,81           | 97,85        | 28,08         |
| Secretaria do Desenvolvimento Agrário           | 601.543.147,49           | 272.409.753,68           | 329.133.393,81          | 45,29        | 2,27          |
| Secretaria da Educação                          | 2.426.426.762,70         | 2.225.539.568,31         | 200.887.194,39          | 91,72        | 18,55         |
| Secretaria da Cultura                           | 74.486.325,39            | 53.758.690,63            | 20.727.634,76           | 72,17        | 0,45          |
| Secretaria dos Recursos Hídricos                | 535.179.462,02           | 150.065.011,54           | 385.114.450,48          | 28,04        | 1,25          |
| Casa Civil                                      | 171.220.336,61           | 161.834.621,89           | 9.385.714,72            | 94,52        | 1,35          |
| Secretaria da Ciência, Rec. e Educação Superior | 170.797.293,74           | 114.486.951,26           | 56.310.342,48           | 67,03        | 0,95          |
| Secretaria do Turismo                           | 345.050.593,79           | 147.506.143,75           | 197.544.450,04          | 42,75        | 1,23          |
| Controladoria e Ouvidoria-Geral do Estado       | 10.898.279,37            | 9.838.656,03             | 1.059.623,34            | 90,28        | 0,08          |
| Secretaria do Esporte                           | 82.951.976,60            | 67.284.590,39            | 15.667.386,21           | 81,11        | 0,56          |
| Secretaria das Cidades                          | 944.989.962,61           | 284.356.353,77           | 660.633.608,84          | 30,09        | 2,37          |
| Secretaria de Planejamento e Gestão             | 260.990.713,55           | 75.616.865,34            | 185.373.848,21          | 28,97        | 0,63          |
| Escola de Gestão Púb. Do Estado do Ceará        | 3.303.589,96             | 3.141.055,41             | 162.534,55              | 95,08        | 0,03          |
| Secretaria do Trabalho e Des. Social            | 190.324.434,69           | 152.879.881,64           | 37.444.553,05           | 80,33        | 1,27          |
| Conselho Estadual de Desenv. Econômico          | 48.163.725,28            | 46.932.312,14            | 1.231.413,14            | 97,44        | 0,39          |
| Conselho de Políticas e Gestão M. Ambiente      | 29.292.047,90            | 12.934.196,26            | 16.357.851,64           | 44,16        | 0,11          |
| Secretaria da Pesca e Aquicultura               | 29.156.299,89            | 4.849.309,23             | 24.306.990,66           | 16,63        | 0,04          |
| Secretaria Especial da Copa                     | 320.286.005,96           | 238.520.916,79           | 81.765.089,17           | 74,47        | 1,99          |
| Controladoria Geral da Disciplina               | 9.511.276,00             | 8.445.861,97             | 1.065.414,03            | 88,80        | 0,07          |
| <b>TOTAL</b>                                    | <b>15.163.724.002,16</b> | <b>11.999.626.805,38</b> | <b>3.164.097.196,78</b> | <b>79,13</b> | <b>100,00</b> |

Fonte: Sistema de Gestão Governamental por Resultados - S2GPR



Vale lembrar que os “Encargos Gerais do Estado”, demonstrado na tabela anterior, representa uma unidade orçamentária ligada à Secretaria da Fazenda, em que são realizadas as despesas que abrangem todo o Estado, como: o Serviço e Amortização da Dívida Pública, as Transferências Constitucionais aos Municípios, Sentenças Judiciais, PASEP e outras.

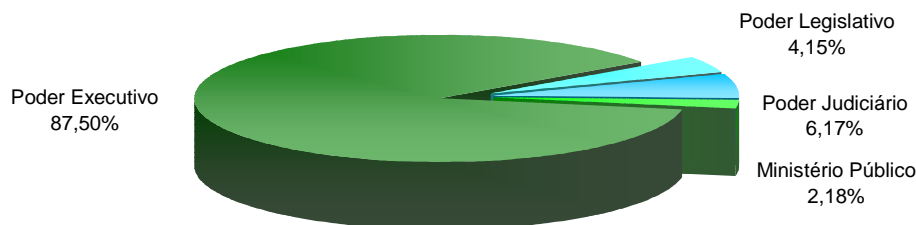
TABELA 34  
DEMONSTRATIVO COMPARATIVO DA DESPESA AUTORIZADA COM A REALIZADA POR  
PODER E CATEGORIA ECONÔMICA

(R\$ 1,00)

| ESPECIFICAÇÃO             | AUTORIZAÇÃO              | REALIZAÇÃO               | REALIZAÇÃO % | PARTICIPAÇÃO % |
|---------------------------|--------------------------|--------------------------|--------------|----------------|
| <b>Poder Legislativo</b>  | <b>506.845.280,15</b>    | <b>497.816.516,53</b>    | <b>98,22</b> | <b>4,15</b>    |
| Despesas Correntes        | 473.600.810,44           | 465.836.380,67           | 98,36        | 3,88           |
| Despesas de Capital       | 33.244.469,71            | 31.980.135,86            | 96,20        | 0,27           |
| <b>Poder Judiciário</b>   | <b>743.351.132,65</b>    | <b>740.683.828,85</b>    | <b>99,64</b> | <b>6,17</b>    |
| Despesas Correntes        | 743.341.132,65           | 740.683.828,85           | 99,64        | 6,17           |
| Despesas de Capital       | 10.000,00                | 0,00                     | 0,00         | 0,00           |
| <b>Ministério Público</b> | <b>266.860.896,42</b>    | <b>261.958.706,54</b>    | <b>98,16</b> | <b>2,18</b>    |
| Despesas Correntes        | 260.451.896,42           | 256.673.521,02           | 98,55        | 2,14           |
| Despesas de Capital       | 6.409.000,00             | 5.285.185,52             | 82,47        | 0,04           |
| <b>Poder Executivo</b>    | <b>13.646.666.692,94</b> | <b>10.499.167.753,46</b> | <b>76,94</b> | <b>87,50</b>   |
| Despesas Correntes        | 8.429.354.981,30         | 8.042.207.734,86         | 95,41        | 67,02          |
| Despesas de Capital       | 5.217.311.711,64         | 2.456.960.018,60         | 47,09        | 20,48          |
| <b>TOTAL</b>              | <b>15.163.724.002,16</b> | <b>11.999.626.805,38</b> | <b>79,13</b> | <b>100,00</b>  |

Fonte: Sistema de Gestão Governamental por Resultados - S2GPR

GRÁFICO XV  
DESPESA REALIZADA POR PODER



Fonte: S2GPR/SEFAZ

## 2.1.2.2. Despesa por Categoria Econômica e Grupo

A comparação da despesa autorizada com a executada, por categoria e grupo, da Administração Direta, está demonstrada da seguinte forma:

TABELA 35  
DEMONSTRATIVO COMPARATIVO DA DESPESA AUTORIZADA COM A REALIZADA,  
POR CATEGORIA ECONÔMICA E GRUPO

(R\$ 1,00)

| ESPECIFICAÇÃO              | AUTORIZAÇÃO              | REALIZAÇÃO               | SALDO                   | REALIZ.%     | PARTIC.%      |
|----------------------------|--------------------------|--------------------------|-------------------------|--------------|---------------|
| <b>DESPESAS CORRENTES</b>  | <b>9.906.748.820,81</b>  | <b>9.505.401.465,40</b>  | <b>401.347.355,41</b>   | <b>95,95</b> | <b>79,21</b>  |
| Pessoal e Encargos Sociais | 4.868.106.136,28         | 4.776.717.422,68         | 91.388.713,60           | 98,12        | 39,81         |
| Juros e Enc. da Dívida     | 231.423.495,00           | 227.018.789,46           | 4.404.705,54            | 98,10        | 1,89          |
| Outras Despesas Correntes  | 4.807.219.189,53         | 4.501.665.253,26         | 305.553.936,27          | 93,64        | 37,52         |
| <b>DESPESAS DE CAPITAL</b> | <b>5.256.975.181,35</b>  | <b>2.494.225.339,98</b>  | <b>2.762.749.841,37</b> | <b>47,45</b> | <b>20,79</b>  |
| Investimentos              | 4.466.541.175,43         | 1.722.912.521,89         | 2.743.628.653,54        | 38,57        | 14,36         |
| Inversões Financeiras      | 253.721.880,30           | 244.274.232,51           | 9.447.647,79            | 96,28        | 2,04          |
| Amortização da Dívida      | 536.712.125,62           | 527.038.585,58           | 9.673.540,04            | 98,20        | 4,39          |
| <b>TOTAL</b>               | <b>15.163.724.002,16</b> | <b>11.999.626.805,38</b> | <b>3.164.097.196,78</b> | <b>79,13</b> | <b>100,00</b> |

Fonte: Sistema de Gestão Governamental por Resultados - S2GPR

### 2.1.2.2.1. Despesas Correntes

As Despesas Correntes, realizadas pela Administração Direta para a manutenção e o funcionamento da máquina administrativa, alcançaram o montante de R\$ 9.505.401.465,40, correspondendo a 79,21% da Despesa Orçamentária.

#### Pessoal e Encargos Sociais

A Despesa com Pessoal e Encargos, no valor de R\$ 4.776.717.422,68, é o grupo mais representativo dentro das Despesas Correntes, representando 50,25%.

Destaque-se que existe uma diferença no total do grupo “Pessoal e Encargos Sociais”, da tabela seguinte, com o total da Despesa de Pessoal da tabela 36. A razão disto é que nesta última estão incluídos os valores empenhados na rubrica Pessoal e Encargos das Administrações Direta e Indireta e calculada nos moldes do art. 18 da Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF.

**TABELA 36**  
**DEMONSTRATIVO DA DESPESA DE PESSOAL EM RELAÇÃO À RECEITA CORRENTE**  
**LÍQUIDA - RCL, CONFORME LEI COMPLEMENTAR Nº 101, DE 04.05.00**

LRF Art. 55, inciso I alínea "a".

R\$ 1,00

| DESPESA COM PESSOAL  | DESPESAS LIQUIDADAS      |                          |                          |                          |                             |
|--|--------------------------|--------------------------|--------------------------|--------------------------|-----------------------------|
|  | PODER EXECUTIVO          | PODER LEGISLATIVO        | PODER JUDICIÁRIO         | MINISTÉRIO PÚBLICO       | TOTAL<br>(Últimos 12 meses) |
| <b>DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)</b>   | <b>6.501.611.414,25</b>  | <b>369.206.166,80</b>    | <b>799.369.024,23</b>    | <b>253.913.797,13</b>    | <b>7.924.100.402,41</b>     |
| <b>PESSOAL ATIVO</b>   | <b>4.831.685.421,83</b>  | <b>294.301.595,57</b>    | <b>691.896.794,89</b>    | <b>221.879.077,06</b>    | <b>6.039.762.889,35</b>     |
| <b>PESSOAL INATIVO</b>   | <b>1.411.086.226,70</b>  | <b>66.181.284,18</b>     | <b>107.472.229,34</b>    | <b>32.034.720,07</b>     | <b>1.616.774.460,29</b>     |
| - Tesouro  | 812.841.205,49           | 1.040.304,08             | 5.274,40                 | 16.221,15                | 813.903.005,12              |
| - Servidor   | 196.054.122,45           | 31.723.132,96            | 54.696.348,93            | 13.290.300,57            | 295.763.904,91              |
| - Patronal   | 402.190.898,76           | 33.417.847,14            | 52.770.606,01            | 18.728.198,35            | 507.107.550,26              |
| <b>OUTRAS DESPESAS DE PESSOAL DECORRENTES DE CONTRATOS DE TERCEIRIZAÇÃO (art. 18, § 1º da LRF)</b>     | <b>258.839.765,72</b>    | <b>8.723.287,05</b>      | <b>0,00</b>              | <b>0,00</b>              | <b>267.563.052,77</b>       |
| <b>DESPESAS NÃO COMPUTADAS (art. 19, § 1º da LRF) (II)</b>   | <b>677.055.195,53</b>    | <b>65.993.034,51</b>     | <b>132.578.194,12</b>    | <b>46.161.823,35</b>     | <b>921.788.247,51</b>       |
| Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária   | 0,00                     | 0,00                     | 0,00                     | 0,00                     | 0,00                        |
| Decorrentes de Decisão Judicial  | 49.273.601,50            | 0,00                     | 0,00                     | 1,00                     | 49.273.602,50               |
| Despesas de Exercícios Anteriores  | 29.536.572,82            | 852.054,41               | 25.111.239,18            | 14.143.323,43            | 69.643.189,84               |
| Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados  | 598.245.021,21           | 65.140.980,10            | 107.466.954,94           | 32.018.498,92            | 802.871.455,17              |
| <b>DESPESA TOTAL COM PESSOAL PARA FINS DE APURAÇÃO DO LIMITE - DTP (III) = (I - II)</b>                | <b>5.824.556.218,72</b>  | <b>303.213.132,29</b>    | <b>666.790.830,11</b>    | <b>207.751.973,78</b>    | <b>7.002.312.154,90</b>     |
| <b>RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)</b>   | <b>13.379.882.290,14</b> | <b>13.379.882.290,14</b> | <b>13.379.882.290,14</b> | <b>13.379.882.290,14</b> | <b>13.379.882.290,14</b>    |
| <b>% DA DESPESA TOTAL COM PESSOAL PARA FINS DE APURAÇÃO DO LIMITE - DTP sobre a RCL (III / IV*100)</b> | <b>43,53</b>             | <b>2,27</b>              | <b>4,98</b>              | <b>1,55</b>              | <b>52,33</b>                |
| <b>% DO LIMITE PRUDENCIAL S/RCL (§ ÚNICO, ART. 22 DA LRF)</b>  | <b>46,17</b>             | <b>3,23</b>              | <b>5,70</b>              | <b>1,90</b>              | <b>57,00</b>                |
| <b>% DO LIMITE MÁXIMO S/RCL (INCISOS I,II,III, ART. 20 DA LRF)</b>                                     | <b>48,60</b>             | <b>3,40</b>              | <b>6,00</b>              | <b>2,00</b>              | <b>60,00</b>                |

FONTE: SZGPR; COTES/CECAD; 29/03/2014 14:59

Notas:

- 1- Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em Restos a Pagar não-processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:
  - a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
  - b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não-processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício;
  - 2- No item "PESSOAL ATIVO" constam as contribuições patronais do Regime Próprio de Previdência;
  - 3- Exclui "Pensionistas" conforme Resolução nº 2230/10-TCE.

Como demonstra a tabela anterior, o Estado cumpriu o que estabelece o inciso II, do Art. 19 da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, de não exceder 60% da Receita Corrente Líquida com Despesa de Pessoal e Encargos, tendo comprometido, em 2013, 52,33%.

No Demonstrativo da despesa de pessoal em relação à Receita Corrente Líquida - RCL, Tabela 36, estão apropriadas as despesas com inativos em cada Poder e no Ministério Público.

Os repasses previdenciários ao Regime Próprio de Previdência Social estão apropriados no Pessoal Ativo de cada poder e no Ministério Público.

Constam na Despesa de Pessoal as despesas relativas a mão-de-obra, constantes de contratos de terceirização e inerentes a categorias funcionais abrangidas pelo plano de cargos do quadro de pessoal da Instituição, classificadas no elemento 34 - Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização.



Essa despesa está regulamentada pelo Poder Executivo através da Instrução Normativa Conjunta SEFAZ/SEAD/SECON nº 01, de 21 de junho de 2006.

Na despesa com pessoal não estão computadas as despesas com pensionistas por força da Resolução nº 2230/10/TCE.

Comparando-se, o valor da Despesa com Pessoal do exercício de 2013, com a do exercício de 2012 houve um acréscimo de 13,83%.

De acordo com os termos dos artigos 15, 16 e 17 da Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF, o Poder Executivo esclarece que, em 2013, realizou 3.806 nomeações de novos servidores para integrarem os seguintes órgãos: DPG, Polícia Civil, PMCE, PGE, SEFAZ, SEMACE, SEDUC, ARCE, FUNECE, URCA, UVA, SEJUS, SEPLAG, PEFOCE, ADAGRI. A despesa com esses novos servidores representou para o Estado, em 2013, um custo adicional de R\$ 118.344.159,65.

TABELA 37

DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA, CONFORME LEI COMPLEMENTAR Nº 101, DE 04.05.00

RREO - ANEXO 3 (LRF, art.53, Inciso I)

(R\$ 1,00)

| ESPECIFICAÇÃO                                  | EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES |                      |                      |                      |                      |                      |                      |                      |                      |                      |                      |                      | TOTAL                 | PREVISÃO ATUALIZADA DE 2013 |
|--|--|----------------------|----------------------|----------------------|----------------------|----------------------|----------------------|----------------------|----------------------|----------------------|----------------------|----------------------|-----------------------|-----------------------------|
|  | JAN/13   | FEV/13               | MAR/13               | ABR/13               | MAI/13               | JUN/13               | JUL/13               | AGO/13               | SET/13               | OUT/13               | NOV/13               | DEZ/13               |                       |                             |
| <b>I - RECEITAS CORRENTES</b>                  | <b>1.455.820.453</b>                               | <b>1.654.269.906</b> | <b>1.468.443.050</b> | <b>1.518.580.137</b> | <b>1.545.398.575</b> | <b>1.484.708.998</b> | <b>1.365.778.275</b> | <b>1.494.461.665</b> | <b>1.509.107.695</b> | <b>1.469.292.313</b> | <b>1.618.986.998</b> | <b>1.946.877.691</b> | <b>18.531.725.757</b> | <b>19.014.349.501</b>       |
| Receita Tributária                             | 873.805.365  | 814.777.617          | 751.015.055          | 847.510.039          | 793.359.353          | 775.123.968          | 830.610.933          | 822.011.605          | 907.699.455          | 861.023.664          | 871.367.886          | 976.454.436          | 10.124.759.369        | 10.004.621.400              |
| ICMS   | 700.839.363  | 681.286.323          | 596.062.699          | 664.778.116          | 669.752.346          | 657.927.385          | 691.727.568          | 736.475.136          | 796.870.575          | 748.817.407          | 780.235.997          | 817.236.995          | 8.542.009.911         | 8.483.777.134               |
| IPVA   | 160.731.769  | 76.448.136           | 70.526.200           | 70.274.423           | 59.210.296           | 15.183.332           | 15.614.902           | 11.452.388           | 9.799.597            | 7.881.770            | 6.526.558            | 6.870.965            | 510.520.336           | 502.807.109                 |
| ITCD   | 2.401.839  | 3.860.025            | 2.326.446            | 5.353.955            | 3.266.198            | 4.094.799            | 3.225.124            | 5.367.897            | 15.233.709           | 4.388.654            | 4.450.360            | 5.392.775            | 59.361.780            | 48.606.914                  |
| IRRF   | 6.665.144  | 44.406.235           | 47.944.131           | 58.262.251           | 48.043.381           | 49.034.072           | 84.155.866           | 35.423.474           | 51.028.534           | 69.116.822           | 54.745.628           | 106.164.764          | 654.990.302           | 569.809.768                 |
| Outras Receitas Tributárias                    | 3.167.240  | 8.776.898            | 34.155.579           | 48.841.295           | 13.087.132           | 48.884.380           | 35.887.474           | 33.292.711           | 34.767.040           | 30.819.011           | 25.409.343           | 40.788.938           | 357.877.040           | 399.820.476                 |
| Receita de Contribuições                       | 26.207.616   | 34.054.570           | 9.558.735            | 54.023.786           | 34.193.075           | 32.692.632           | 37.930.368           | 35.103.802           | 35.098.185           | 33.379.392           | 35.634.510           | 84.262.458           | 452.139.130           | 452.973.091                 |
| Receita Patrimonial                            | 10.148.818   | 13.202.871           | 207.134.137          | 23.767.451           | 19.117.995           | 65.256.722           | (25.721.014)         | 26.450.842           | 18.805.578           | 24.573.333           | 24.639.703           | 155.273.581          | 562.650.017           | 273.019.520                 |
| Receita Agropecuária                           | 0  | 0                    | 0                    | 0                    | 0                    | 0                    | 0                    | 0                    | 0                    | 0                    | 0                    | 0                    | 0                     | 0                           |
| Receita Industrial                             | 0  | 0                    | 0                    | 0                    | 0                    | 0                    | 0                    | 0                    | 0                    | 0                    | 0                    | 0                    | 0                     | 0                           |
| Receita Serviços                               | 1.088.222  | 1.527.038            | 3.712.661            | 5.470.435            | 3.873.857            | 3.235.857            | 4.078.198            | 3.646.593            | 4.328.125            | 3.585.220            | 3.722.576            | 9.405.165            | 47.673.947            | 20.638.529                  |
| Transferências Correntes                       | 516.610.466  | 775.049.141          | 467.737.790          | 550.448.592          | 663.812.190          | 574.489.315          | 485.854.946          | 570.671.096          | 474.995.237          | 515.859.848          | 650.517.379          | 643.740.777          | 6.889.786.777         | 7.762.268.612               |
| Cota-Parte do FPE                              | 425.582.139  | 572.575.251          | 329.760.821          | 353.825.926          | 508.399.763          | 424.154.140          | 302.051.877          | 394.928.008          | 326.854.745          | 326.859.786          | 454.855.297          | 468.944.176          | 4.888.591.909         | 5.332.233.829               |
| Transferências de L.C. 87/1996                 | 0  | 0                    | 0                    | 7.940.449            | 1.985.112            | 1.985.112            | 1.985.112            | 1.985.112            | 1.985.112            | 1.985.112            | 1.985.112            | 1.985.112            | 23.821.346            | 26.104.110                  |
| Transferências de L.C. 61/1989                 | 0  | 0                    | 0                    | 0                    | 0                    | 0                    | 0                    | 0                    | 0                    | 0                    | 0                    | 0                    | 0                     | 0                           |
| Transferências do FUNDEB                       | 80.474.698   | 124.508.592          | 88.055.660           | 137.709.502          | 102.958.080          | 89.218.043           | 83.609.265           | 93.625.594           | 87.843.167           | 93.729.452           | 97.917.537           | 108.847.532          | 1.188.497.122         | 1.235.641.044               |
| Outras Transferências Correntes                | 10.553.630   | 77.965.297           | 49.921.309           | 50.972.715           | 50.469.234           | 59.132.019           | 98.208.692           | 80.132.362           | 58.312.214           | 93.285.518           | 95.959.433           | 63.963.957           | 788.876.400           | 1.168.289.628               |
| Outras Receitas Correntes                      | 27.959.976   | 15.658.669           | 29.284.672           | 37.359.834           | 31.042.104           | 33.910.503           | 33.024.843           | 36.577.728           | 68.181.115           | 30.870.855           | 33.104.944           | 77.741.274           | 454.716.517           | 500.828.350                 |
| <b>II - DEDUÇÕES</b>                           | <b>479.805.908</b>                                 | <b>453.449.956</b>   | <b>385.901.538</b>   | <b>416.141.319</b>   | <b>435.207.989</b>   | <b>400.402.625</b>   | <b>373.970.203</b>   | <b>410.537.138</b>   | <b>418.150.233</b>   | <b>426.579.516</b>   | <b>433.864.439</b>   | <b>517.832.602</b>   | <b>5.151.843.466</b>  | <b>5.220.431.368</b>        |
| Transferências Constitucionais e Legais        | 250.237.184  | 194.109.995          | 206.068.675          | 181.752.169          | 193.455.428          | 181.738.639          | 168.938.651          | 185.594.717          | 204.771.279          | 199.397.174          | 199.021.003          | 197.909.803          | 2.362.994.717         | 2.393.231.509               |
| Contrib. para o Plano de previd. do Servidor   | 26.207.616   | 34.054.570           | 9.558.735            | 54.023.786           | 34.193.075           | 32.692.632           | 37.930.368           | 35.103.802           | 35.098.185           | 33.379.392           | 35.634.510           | 84.262.458           | 452.139.130           | 452.973.091                 |
| Contrib. p/ Custeio das Pensões Militares      | 0  | 0                    | 0                    | 0                    | 0                    | 0                    | 0                    | 0                    | 0                    | 0                    | 0                    | 0                    | 0                     | 0                           |
| Compens. Financ. entre Reg. Previdência        | 1.740.584  | 0                    | 0                    | 4.625.264            | 3.393.636            | 1.177.651            | 4.509.111            | 3.476.509            | 4.518.124            | 2.676.202            | 3.564.149            | 9.333.975            | 39.015.205            | 33.190.800                  |
| Ded. de Rec. para a formação do FUNDEB         | 201.620.524  | 225.285.391          | 170.274.128          | 175.740.100          | 204.165.850          | 184.793.703          | 162.592.074          | 186.362.111          | 173.762.644          | 191.126.748          | 195.644.776          | 226.326.365          | 2.297.694.414         | 2.341.035.967               |
| <b>III - RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (I - II)</b> | <b>976.014.546</b>                                 | <b>1.200.819.950</b> | <b>1.082.541.512</b> | <b>1.102.438.817</b> | <b>1.110.190.585</b> | <b>1.084.306.372</b> | <b>991.808.072</b>   | <b>1.083.924.528</b> | <b>1.090.957.463</b> | <b>1.042.712.797</b> | <b>1.185.122.559</b> | <b>1.429.045.090</b> | <b>13.379.882.290</b> | <b>13.793.918.134</b>       |

FONTE: S2GPR; COTES/CECAD; 29/03/2014 14:54

A Receita Corrente Líquida - RCL, no valor de R\$ 13.379.882.290,14 foi apurada somando-se as receitas arrecadadas, com as devidas deduções, no mês de referência (Dezembro) e nos 11 meses anteriores.



A RCL é referência para a fixação dos limites das despesas com pessoal, das despesas previdenciárias, das garantias, da dívida consolidada e das operações de crédito. Isto significa que quanto mais aumentar a RCL, mais poderão se expandir os valores das despesas que estão a ela referenciadas.

**TABELA 38**  
**DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL X RECEITA CORRENTE LÍQUIDA**

(R\$ 1,00)

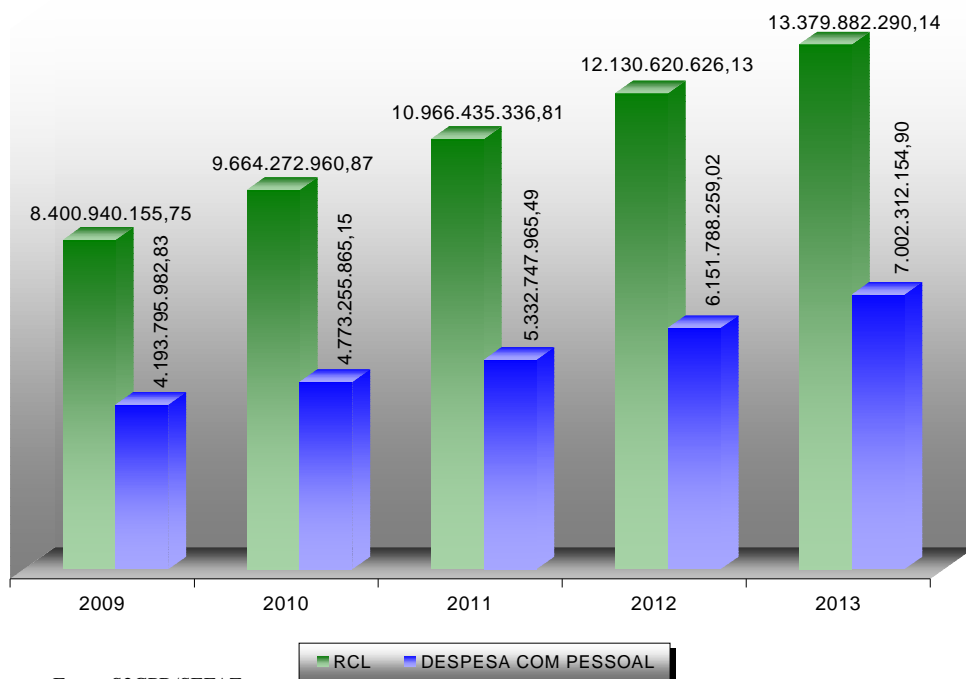
| <b>ANO</b> | <b>RECEITA<br/>CORRENTE LÍQUIDA</b> | <b>DESPESA COM PESSOAL</b> | <b>REALIZAÇÃO %</b> |
|------------|-------------------------------------|----------------------------|---------------------|
| 2009       | 8.400.940.155,75                    | 4.193.795.982,83           | 49,92               |
| 2010       | 9.664.272.960,87                    | 4.773.255.865,15           | 49,39               |
| 2011       | 10.966.435.336,81                   | 5.332.747.965,49           | 48,63               |
| 2012       | 12.130.620.626,13                   | 6.151.788.259,02           | 50,71               |
| 2013       | 13.379.882.290,14                   | 7.002.312.154,90           | 52,33               |

Fonte: Sistema de Gestão Governamental por Resultados - S2GPR



GRÁFICO XVI

DESPESA COM PESSOAL X RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - 2009 A 2013



### Juros e Encargos da Dívida

Os Juros e Encargos da Dívida Interna, no ano de 2013, somaram R\$ 192.418.692,73 representando 2,02% das Despesas Correntes. Comparando-se com o ano anterior, houve um decréscimo de 4,15%. Está incluído na despesa supramencionada o valor de R\$ 21.170.288,00, referente aos juros e encargos da dívida da COHAB, pagos com recursos do Tesouro.

Os Juros e Encargos da Dívida Externa, no ano de 2013, atingiram a cifra de R\$ 34.600.096,73, representando 0,36% das Despesas Correntes. Comparando-se com o ano anterior, houve um acréscimo de 29,83%.

### Outras Despesas Correntes

O grupo de despesas “Outras Despesas Correntes”, executadas em 2013 somaram R\$ 4.501.655.253,26.

As transferências constitucionais e legais repassadas aos municípios, no exercício de 2013, conforme Art.158 da Constituição Federal, somaram R\$ 2.362.994.717,14, participando com 52,50% na composição do grupo.



**TABELA 39**  
**DEMONSTRATIVO DAS TRANSFERÊNCIAS A MUNICÍPIOS**

(R\$ 1,00)

| <b>TRANSFERÊNCIAS A MUNICÍPIOS</b>      | <b>TO TAL</b>           |
|---|-------------------------|
| <b>DISTRIBUIÇÃO DE RECEITAS</b>         |                         |
| Transferências a Municípios - ICMS      | 2.077.878.485,80        |
| Transferências a Municípios - IPVA      | 267.651.597,27          |
| Transferências a Municípios - IPI       | 7.376.841,46            |
| Transferências a Municípios - Royalties | 9.566.391,35            |
| Transferências a Municípios - CIDE      | 521.401,26              |
| <b>TO TAL</b>                           | <b>2.362.994.717,14</b> |

A cota parte do ICMS pertencente aos municípios é calculada, no percentual de 25% sobre a receita bruta do ICMS, e somente depois é calculado o aporte ao FUNDEB devido pelos municípios, no percentual de 20% sobre a sua cota parte, já líquida das restituições:

**TABELA 40**  
**BASE DE CÁLCULO DA QUOTA PARTE DO ICMS AOS MUNICÍPIOS**

(R\$ 1,00)

| <b>ESPECIFICAÇÃO</b>  | <b>VALOR</b>            |
|---|-------------------------|
| ICMS  | 8.231.773.150,70        |
| MULTA E JUROS DE MORA - ICMS  | 22.444.801,90           |
| DÍVIDA ATIVA DO ICMS  | 78.213.908,72           |
| MULTA E JUROS DE MORA DA DÍVIDA ATIVA DO ICMS                       | 4.614.156,08            |
| <b>TOTAL</b>  | <b>8.670.949.690,71</b> |
| RESTITUIÇÃO DE ICMS   | 23.568.675,21           |
| RESTITUIÇÃO MULTA E JUROS DE MORA - ICMS - FECOP                    | 97.287,12               |
| <b>TOTAL</b>  | <b>357.472.348,52</b>   |
| <b>BASE DE CÁLCULO DA QUOTA PARTE DO ICMS DEVIDA AOS MUNICÍPIOS</b> | <b>8.313.477.342,19</b> |

A Tabela a seguir demonstra os principais componentes do grupo de Outras Receitas Correntes.

TABELA 41  
DEMONSTRATIVO COMPARATIVO DA DESPESA AUTORIZADA COM A REALIZADA DO GRUPO  
“OUTRAS DESPESAS CORRENTES”

(R\$ 100)

| ELEMENTOS DE DESPESA                           | AUTORIZAÇÃO             | PARTIC.%      | REALIZ.%                | PARTIC.%      | REALIZ.%     |
|--|-------------------------|---------------|-------------------------|---------------|--------------|
| Transf. Interg. a Municípios                   | 2.443.528.164,48        | 50,83         | 2.410.535.868,90        | 53,55         | 98,65        |
| Transf. a Consór. Públicos                     | 0,00                    | 0,00          | 0,00                    | 0,00          | 0,00         |
| Transf. a Inst. Priv. s/fins lucrativos        | 341.886.119,41          | 7,11          | 281.353.166,20          | 6,25          | 82,29        |
| Transf. a Inst. Multigov. Nacionais            | 0,00                    | 0,00          | 0,00                    | 0,00          | 0,00         |
| Transf. a Inst. Priv. c/fins lucrativos        | 3.399.485,00            | 0,07          | 3.346.485,00            | 0,07          | 98,44        |
| Aplic. Diretas entre Orçamentos                | 10.117.035,37           | 0,21          | 6.856.944,26            | 0,15          | 67,78        |
| Aplic Dir. entre Orçam. - Consórcio parti      | 5.500,00                | 0,00          | 0,00                    | 0,00          | 0,00         |
| Transf. ao Exterior                            | 534.155,90              | 0,01          | 401.664,96              | 0,01          | 75,20        |
| Transf. à União                                | 12.500,00               | 0,00          | 0,00                    | 0,00          | 0,00         |
| Execução Orçamen. Delegada a Estados e         | 20.714,00               | 0,00          | 0,00                    | 0,00          | 0,00         |
| <b>Aplicações Diretas</b>                      | <b>2.007.715.515,37</b> | <b>41,76</b>  | <b>1.799.171.123,94</b> | <b>39,97</b>  | <b>89,61</b> |
| - Indenizações e Restituições                  | 25.793.430,66           | 0,54          | 23.816.221,16           | 0,53          | 92,33        |
| - Material de Consumo                          | 169.672.417,17          | 3,53          | 144.687.154,63          | 3,21          | 85,27        |
| - Out. Ser. Terc. P. Física                    | 156.588.778,23          | 3,26          | 146.527.844,61          | 3,25          | 93,57        |
| - Out. Ser. Terc. P. Jurídica                  | 694.765.702,33          | 14,45         | 610.201.142,07          | 13,56         | 87,83        |
| - Locação de Mão-de-Obra                       | 407.874.652,06          | 8,48          | 396.053.704,46          | 8,80          | 97,10        |
| - Passagens e Desp. c/Locomoção                | 18.589.476,64           | 0,39          | 17.035.432,95           | 0,38          | 91,64        |
| - Outras Desp. Pessoal - Cont. Terceirização   | 65.734.325,47           | 1,37          | 64.632.664,95           | 1,44          | 98,32        |
| - Serviços de Consultoria                      | 17.981.954,31           | 0,37          | 15.680.503,48           | 0,35          | 87,20        |
| - Material de Distribuição Gratuita            | 77.214.282,11           | 1,61          | 41.593.630,19           | 0,92          | 53,87        |
| - Obrigações Trib. Contributivas               | 125.604.388,61          | 2,61          | 125.168.138,50          | 2,78          | 99,65        |
| - Auxílio Alimentação                          | 99.204.343,82           | 2,06          | 98.210.827,19           | 2,18          | 99,00        |
| - Auxílio Finan. a Estudantes                  | 2.965.435,98            | 0,06          | 2.643.467,27            | 0,06          | 89,14        |
| - Premiações Cult. Artis. e Cient. Desp e Outr | 43.038.869,11           | 0,90          | 26.437.008,78           | 0,59          | 61,43        |
| - Outros                                       | 102.687.458,87          | 2,14          | 86.483.383,70           | 1,92          | 84,22        |
| <b>TO TAL</b>                                  | <b>4.807.219.189,53</b> | <b>100,00</b> | <b>4.501.665.253,26</b> | <b>100,00</b> | <b>93,64</b> |

Fonte: Sistema de Gestão Governamental por Resultados - S2GPR

Nota: "Outros" compõem-se de: auxílio transporte, contratação por tempo determinado, contribuições, despesas de exercícios anteriores, diária civil e diárias militar.

TABELA 42

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO  
ENSINO - MDE (ART.212 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL)

RREO - ANEXO X (LDB, art. 72)

1,00

| RECEITAS DO ENSINO   |                           |                           |                                       |
|--|---------------------------|---------------------------|---------------------------------------|
| DESCRIÇÃO  | RECEITAS PREVISTAS (A)    | RECEITAS REALIZADAS (B)   | % REALIZADA / PREVISTA (B/A)          |
| <b>(I) RECEITA BRUTA DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS</b>  | <b>15.170.930.318,64</b>  | <b>14.880.228.184,18</b>  | <b>98,08</b>                          |
| IMPOSTOS (ICMS + IPVA + ITCD + IRRF)   | 9.604.800.923,84          | 9.790.966.441,94          | 101,94                                |
| RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (FPE + IPI + LC 87/96)  | 5.399.389.569,46          | 4.941.921.793,23          | 91,53                                 |
| DÍVIDA ATIVA DOS IMPOSTOS  | 33.876.717,52             | 92.038.353,71             | 271,69                                |
| MULTAS, JUROS DE MORA E OUTROS ENCARGOS DOS IMPOSTOS   | 116.296.811,07            | 66.458.112,21             | 57,15                                 |
| MULTAS, JUROS DE MORA E OUTROS ENCARGOS DA DÍVIDA ATIVA DOS IMPOSTOS   | 16.566.296,75             | 12.827.568,24             | 77,43                                 |
| (-) DEDUÇÕES DA RECEITA  | -                         | 23.984.085,15             | -                                     |
| <b>(II) TRANSF. CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (25% DO ICMS + 50% DO IPVA + 25% DO IPI)</b>  | <b>2.375.226.377,00</b>   | <b>2.352.906.924,53</b>   | <b>99,06</b>                          |
| <b>(III) TOTAL DA RECEITA DE IMPOSTOS</b>  | <b>12.795.703.941,64</b>  | <b>12.527.321.259,65</b>  | <b>97,90</b>                          |
| <b>VALOR MÍNIMO A SER APLICADO EM EDUCAÇÃO (25% DE III)</b>  |                           |                           | <b>3.131.830.314,91</b>               |
| FUNDEB   |                           |                           |                                       |
| RECEITAS DO FUNDEB   | RECEITAS PREVISTAS (A)    | RECEITAS REALIZADAS (B)   | % REALIZADA / PREVISTA (B/A)          |
| <b>(IV) RECEITAS DESTINADAS AO FUNDEB</b>  | <b>2.380.817.419,26</b>   | <b>2.307.684.864,40</b>   | <b>96,93</b>                          |
| 20% (ICMS + IPVA + IPI DEDUZIDAS AS TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS)  | 1.299.072.352,03          | 1.312.025.361,33          | 101,00                                |
| 20% (ITCD + FPE + LC 87/96)  | 1.081.745.067,23          | 995.659.503,07            | 92,04                                 |
| <b>(V) RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB</b>  | <b>1.235.641.044,09</b>   | <b>1.193.287.884,83</b>   | <b>96,57</b>                          |
| TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO FUNDEB   | 924.804.739,09            | 903.082.506,48            | 97,65                                 |
| COMPLEMENTO DA UNIÃO AO FUNDEB   | 310.836.305,00            | 285.414.615,24            | 91,82                                 |
| RECEITA DE APLICAÇÃO DE RECURSOS DO FUNDEB   | -                         | 4.790.763,11              | -                                     |
| <b>(VI) RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB</b>   | <b>(1.456.012.680,17)</b> | <b>(1.404.602.357,92)</b> | <b>96,47</b>                          |
| DESPESAS DO FUNDEB   | DOTAÇÃO ATUALIZADA (A)    | DESPESAS LIQUIDADAS (B)   | % DOT. ATUALIZ. / DESP. LIQUID. (B/A) |
| <b>(VII) PAGAMENTO DE PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO</b>  | <b>1.007.189.833,75</b>   | <b>968.911.109,94</b>     | <b>96,20</b>                          |
| ENSINO FUNDAMENTAL E MÉDIO   |                           |                           |                                       |
| EDUCAÇÃO BÁSICA E OUTRAS   | 1.007.189.833,75          | 968.911.109,94            | 96,20                                 |
| <b>(VIII) OUTRAS DESPESAS</b>  | <b>236.155.385,25</b>     | <b>231.011.856,78</b>     | <b>97,82</b>                          |
| ENSINO FUNDAMENTAL E MÉDIO   | 17.279.641,45             | 14.293.184,36             | 82,72                                 |
| EDUCAÇÃO BÁSICA E OUTRAS   | 218.875.743,80            | 216.718.672,42            | 99,01                                 |
| <b>(IX) TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB (VII + VIII)</b>  | <b>1.243.345.219,00</b>   | <b>1.199.922.966,72</b>   | <b>96,51</b>                          |
| <b>DEDUÇÕES PARA FINS DO LIMITE DO FUNDEB PARA PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO</b>                                     |                           |                           | <b>VALOR</b>                          |
| RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DO FUNDEB                                       |                           |                           | -                                     |
| DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB  |                           |                           | -                                     |
| <b>(X) TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB</b>   |                           |                           | <b>-</b>                              |
| <b>(XI) MÍNIMO DE 60% DO FUNDEB NA REMUNERAÇÃO DO MAGISTÉRIO COM ENSINO FUNDAMENTAL E MÉDIO ((VII-X) / V) x 100</b>              |                           |                           | <b>81,20</b>                          |
| CÁLCULO DO LIMITE MÍNIMO COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE  |                           |                           |                                       |
| DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE - POR SUBFUNÇÃO  | DOTAÇÃO ATUALIZADA (A)    | DESPESAS LIQUIDADAS (B)   | % DOT. ATUALIZ. / DESP. LIQUID. (B/A) |
| <b>EDUCAÇÃO INFANTIL</b>   | <b>3.865.781,79</b>       | <b>2.748.248,31</b>       | <b>71,09</b>                          |
| <b>ENSINO FUNDAMENTAL</b>  | <b>42.446.389,21</b>      | <b>40.347.633,53</b>      | <b>95,06</b>                          |
| DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS DO FUNDEB  | 1.710.506,75              | 916.068,30                | 53,56                                 |
| DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS DE IMPOSTOS  | 40.735.882,46             | 39.431.565,23             | 96,80                                 |
| <b>ENSINO MÉDIO</b>  | <b>68.872.991,12</b>      | <b>53.014.822,36</b>      | <b>76,97</b>                          |
| DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS DO FUNDEB  | 15.569.134,70             | 13.377.116,06             | 85,92                                 |
| DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS DE IMPOSTOS  | 53.303.856,42             | 39.637.706,30             | 74,36                                 |
| <b>EDUCAÇÃO BÁSICA</b>   | <b>1.393.257.148,27</b>   | <b>1.355.758.540,41</b>   | <b>97,31</b>                          |
| DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS DO FUNDEB  | 995.796.590,41            | 958.975.235,58            | 96,30                                 |
| DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS DE IMPOSTOS  | 397.460.557,86            | 396.783.304,83            | 99,83                                 |
| <b>ENSINO SUPERIOR</b>   | <b>317.578.585,05</b>     | <b>296.712.214,17</b>     | <b>93,43</b>                          |
| <b>ENSINO PROFISSIONAL NÃO INTEGRADO AO ENSINO REGULAR</b>   | <b>255.813.715,04</b>     | <b>234.268.562,82</b>     | <b>91,58</b>                          |
| DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS DO FUNDEB  | 64.606.008,14             | 63.883.755,11             | 98,88                                 |
| DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS DE IMPOSTOS  | 191.207.706,90            | 170.384.807,71            | 89,11                                 |
| <b>OUTRAS</b>  | <b>402.469.187,17</b>     | <b>392.264.984,33</b>     | <b>97,46</b>                          |
| <b>(XII) TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE</b>  | <b>2.484.303.797,65</b>   | <b>2.375.115.005,93</b>   | <b>95,60</b>                          |
| <b>DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL DE APLICAÇÃO MÍNIMA EM MDE</b>                                       |                           |                           | <b>VALOR</b>                          |
| RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB   | -                         | -                         | (1.404.602.357,92)                    |
| DESPESAS CUSTEADAS COM A COMPLEMENTAÇÃO DO FUNDEB NO EXERCÍCIO   |                           |                           | 285.414.615,24                        |
| RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS DO FUNDEB ATÉ O BIMESTRE = (55 h)   |                           |                           | 4.790.763,11                          |
| DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB  |                           |                           | -                                     |
| DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS DE IMPOSTOS  |                           |                           | -                                     |
| RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO*               |                           |                           | -                                     |
| CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RP INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = (51 g) |                           |                           | 10.424.144,35                         |
| TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DO LIMITE CONSTITUCIONAL   |                           |                           | (1.103.972.835,22)                    |
| <b>(XIII) TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL</b>  |                           |                           | <b>3.479.087.841,15</b>               |
| <b>(XIV) MÍNIMO DE 25% DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS EM MDE ((XIII) / (III) x 100) %</b>                                  |                           |                           | <b>27,77</b>                          |
| OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE FINANCEIRO  |                           |                           |                                       |
| FLUXO FINANCEIRO DOS RECURSOS  |                           |                           | VALOR                                 |
| 52- SALDO FINANCEIRO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012   |                           |                           | 30.450.990,52                         |
| 53- (+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE  |                           |                           | 1.195.033.605,96                      |
| 54- (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE  |                           |                           | 1.220.154.161,04                      |
| 55- (+) RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS ATÉ O BIMESTRE  |                           |                           | 4.790.763,11                          |
| 56- (=) SALDO FINANCEIRO NO EXERCÍCIO DE 2013  |                           |                           | 10.121.198,55                         |

FONTE: SMART / SEFAZ

\* Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.

\* No item "Outras" correspondem as Subfunções: ADMINISTRAÇÃO GERAL, EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS, EDUCAÇÃO ESPECIAL, FORMAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS, TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO, Juros e Amortização da Dívida do Financiamento do PGEF.



Em 2013, o Estado aplicou 27,77% da Receita Líquida de Impostos - RLIT na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino - MDE, conforme estabelece o art. 212 da Constituição Federal, que prevê o mínimo de 25,00%. Portanto, foram aplicados 2,77 % da RLIT acima do índice definido.

De acordo com a emenda nº 53, de 19 de dezembro de 2006, que dispõe sobre o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação Básica - FUNDEB, o Estado, no ano de 2013, aplicou no ensino fundamental, médio, educação especial e educação de jovens e adultos o seguinte: 20% do ICMS, IPVA, ITCD, FPE, IPI Exportação e Lei Complementar nº 87/96 (deduzidas as transferências constitucionais).

TABELA 43

DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM EDUCAÇÃO X RECEITA LÍQUIDA DE IMPOSTOS

(R\$ 1,00)

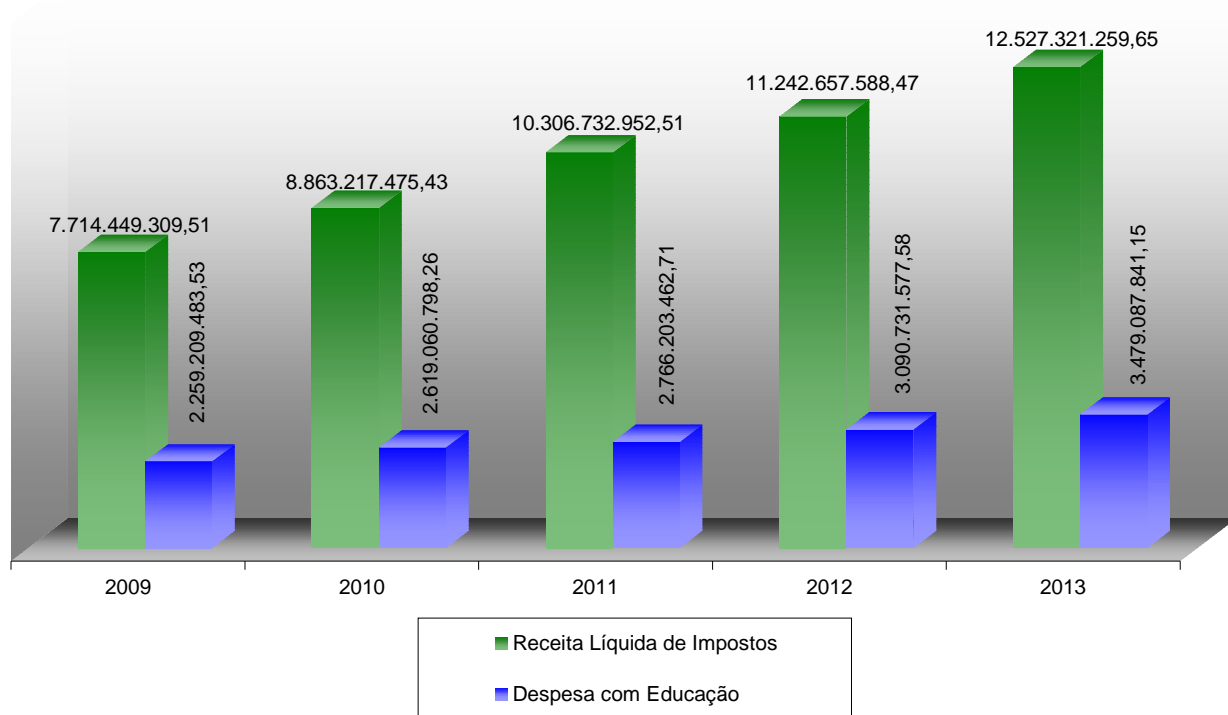
| ANO  | RECEITA LÍQUIDA<br>DE IMPOSTOS | DESPESA<br>COM EDUCAÇÃO | REALIZAÇÃO<br>% |
|------|--------------------------------|-------------------------|-----------------|
| 2009 | 7.714.449.309,51               | 2.259.209.483,53        | 29,29           |
| 2010 | 8.863.217.475,43               | 2.619.060.798,26        | 29,55           |
| 2011 | 10.306.732.952,51              | 2.766.203.462,71        | 26,84           |
| 2012 | 11.242.657.588,47              | 3.090.731.577,58        | 27,49           |
| 2013 | 12.527.321.259,65              | 3.479.087.841,15        | 27,77           |

Fonte: Sistema de Gestão Governamental por Resultados - S2GPR



GRÁFICO XVII

DESPESA COM EDUCAÇÃO X RECEITA LÍQUIDA DE IMPOSTOS - 2009 A 2013



Fonte: S2GPR/SEFAZ

TABELA 44

DEMONSTRATIVO DO GASTO COM SAÚDE, CONFORME EC Nº 29, DE 13/09/2000

(R\$ 1,00)

| 1-Receitas  | Valor Orçado              | Valor Arrecadado         |
|---|---------------------------|--------------------------|
| <b>Receita de Impostos Líquida (I)</b>                        | <b>12.795.703.903,91</b>  | <b>12.527.320.087,24</b> |
| <b>Receita de Impostos</b>                                    | <b>9.771.540.749,18</b>   | <b>9.938.306.390,95</b>  |
| Impostos s/ Transmissão "causa mortis" e Doação - ITCD        | 48.606.913,55             | 59.361.780,30            |
| Imposto s/ Circulação de Mercad. e Serviços - ICMS            | 8.483.777.133,82          | 8.542.009.911,04         |
| Imposto s/ Propriedade de Veículos Automotores - IPVA         | 502.607.108,63            | 510.520.335,76           |
| Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF                       | 569.809.767,84            | 654.990.301,95           |
| Multas, Juros de Mora e Outros Encargos dos Impostos          | 116.296.811,07            | 66.555.399,33            |
| Dívida Ativa dos Impostos                                     | 33.876.717,52             | 92.040.143,69            |
| Multas, Juros de Mora e Outros Encargos da Dívida Ativa       | 16.566.296,75             | 12.828.518,88            |
| <b>Receita de Transferências constitucionais e legais</b>     | <b>5.399.389.531,73</b>   | <b>4.941.920.620,82</b>  |
| Cota-Parte FPE  | 5.332.233.829,37          | 4.888.591.908,78         |
| Cota-Parte IPI-Exportação                                     | 41.051.592,20             | 29.507.365,77            |
| Desoneração ICMS (LC 87/96)                                   | 26.104.110,16             | 23.821.346,27            |
| <b>Deduções</b>   | <b>2.375.226.377,00</b>   | <b>2.352.906.924,53</b>  |
| Parcela do ICMS Repassada aos Municípios                      | 2.095.219.165,00          | 2.077.878.485,80         |
| Parcela do IPVA Repassada aos Municípios                      | 269.744.314,00            | 267.651.597,27           |
| Parcela da Cota-Parte do IPI-Exportação Rep. aos Municípios   | 10.262.898,00             | 7.376.841,46             |
| <b>2-Despesas</b>   | <b>Dotação Atualizada</b> | <b>Despesa Realizada</b> |
| Escola de Saúde Pública                                       | 534.930,60                | 0,00                     |
| Fundo Estadual de Saúde                                       | 1.956.459.458,83          | 1.795.135.998,34         |
| <b>Total das Despesas(II)</b>                                 | <b>1.956.994.389,43</b>   | <b>1.795.135.998,34</b>  |
| Valor legal de aplicação em ações e serviços de Saúde-12,00 % |                           |                          |
| <b>percentual Aplicado (despesas/receitas)</b>                | <b>15,29</b>              | <b>14,33</b>             |

FONTE: Sistema: S2GPR; Unidade Responsável: COTES/CECAD; Data e hora de emissão: 07/08/2014 13:18

Notas: 2) Não inclui as despesas com inativos e pensionistas;

3) No valor das Transferências a Municípios não estão incluídas as de "Royalties" e da CIDE.

No exercício de 2013, o Ceará aplicou 14,33%, nas ações e serviços públicos de saúde acima em 2,33%, do limite estabelecido pela Constituição Federal. A Emenda Constitucional nº 29, de 13/09/2000, estabelece que para os Estados, os recursos mínimos de 12% da Receita resultante de Impostos e Transferências.



TABELA 45

DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM SAÚDE X RECEITA LÍQUIDA DE IMPOSTOS

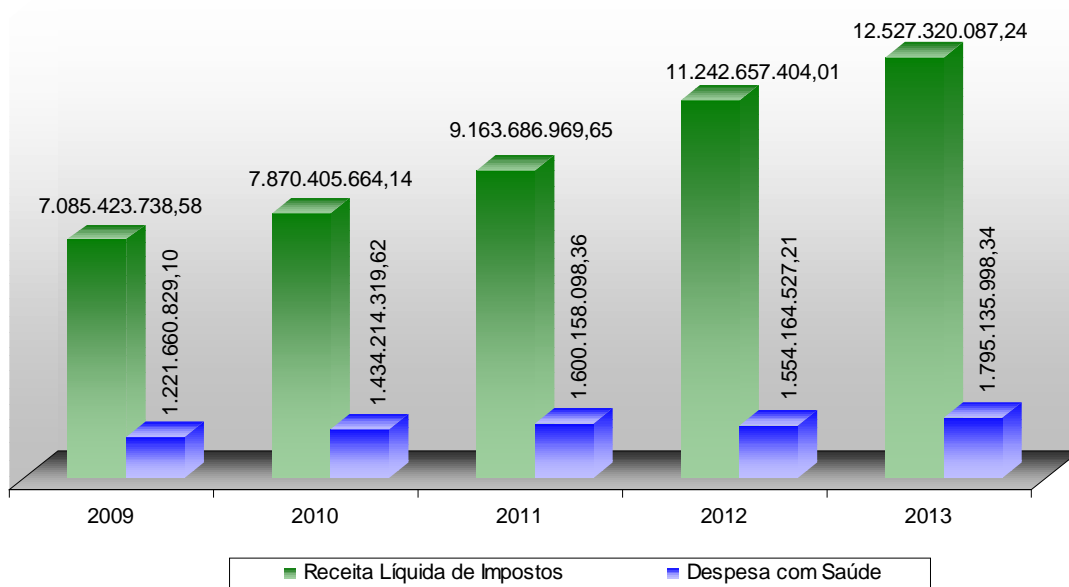
(R \$ 1,00)

| ANO  | RECEITA LÍQUIDA<br>DE IMPOSTOS | DESPESA<br>COM SAÚDE | REALIZAÇÃO<br>% |
|------|--------------------------------|----------------------|-----------------|
| 2009 | 7.085.423.738,58               | 1.221.660.829,10     | 17,24           |
| 2010 | 7.870.405.664,14               | 1.434.214.319,62     | 18,22           |
| 2011 | 9.163.686.969,65               | 1.600.158.098,36     | 17,46           |
| 2012 | 11.242.657.404,01              | 1.541.149.530,32     | 13,71           |
| 2013 | 12.527.320.087,24              | 1.795.135.998,34     | 14,33           |

Fonte: Sistema de Gestão Governamental por Resultados - S2GPR

GRÁFICO XVIII

DESPESA COM SAÚDE X RECEITA LÍQUIDA DE IMPOSTOS - 2009 A 2013



Fonte: S2GPR/SEFAZ.

## 2.1.2.2.2. Despesas de Capital

As Despesas de Capital são gastos realizados pela administração pública com o fim de criar ou adquirir bens de capital. No exercício de 2013, estas despesas somaram R\$ 2.494.225.339,98, representando 20,79% da Despesa Orçamentária. Comparando-se com o exercício anterior essa categoria apresentou um acréscimo de 25,12% em termos nominais.

TABELA 46  
DEMONSTRATIVO COMPARATIVO DA DESPESA AUTORIZADA COM A REALIZADA  
DA CATEGORIA “DESPESAS DE CAPITAL”

| (R\$ 1,00)  |                         |               |                         |               |              |
|---|-------------------------|---------------|-------------------------|---------------|--------------|
| ELEMENTOS DE DESPESA  | AUTORIZAÇÃO             | PART. %       | REALIZAÇÃO              | PART. %       | REALIZ. %    |
| <b>INVESTIMENTOS</b>  | <b>4.466.541.175,43</b> | <b>84,96</b>  | <b>1.722.912.521,89</b> | <b>69,08</b>  | <b>38,57</b> |
| Transf. Interg. a Municípios                                    | 162.736.759,77          | 3,10          | 75.680.737,61           | 3,03          | 46,51        |
| Exec. Orçam. Delegada a municípios                              | 351.000,00              | 0,01          | 329.526,74              | 0,01          | 93,88        |
| Transf. a Inst. Privadas s/fins lucrativos                      | 115.654.344,88          | 2,20          | 45.809.772,94           | 1,84          | 39,61        |
| Transf. a Inst. Privadas c/fins lucrativos                      | 100.000,00              | 0,00          | 0,00                    | 0,00          | 0,00         |
| Transf. a Instituições Multigovernamentais                      | 116.000,00              | 0,00          | 89.076,00               | 0,00          | 76,79        |
| <b>Aplicações Diretas</b>                                       | <b>4.186.837.449,72</b> | <b>79,64</b>  | <b>1.600.725.613,18</b> | <b>64,18</b>  | <b>38,23</b> |
| - Aquisição de Imóveis  | 116.086.554,64          | 2,21          | 104.285.390,10          | 4,18          | 89,83        |
| - Const. ou Aum. de capital de Empresas                         | 166.075.543,00          | 3,16          | 126.044.895,04          | 5,05          | 75,90        |
| - Contribuições   | 1.937.500,00            | 0,04          | 1.937.500,00            | 0,08          | 100,00       |
| - Equipamentos e Material Permanente                            | 589.796.887,31          | 11,22         | 350.258.676,77          | 14,04         | 59,39        |
| - Indenizações e Restituições                                   | 145.361.562,55          | 2,77          | 31.235.494,45           | 1,25          | 21,49        |
| - Material de Consumo   | 6.430.612,62            | 0,12          | 3.083.569,64            | 0,12          | 47,95        |
| - Obras e Instalações   | 2.899.450.453,97        | 55,15         | 877.424.761,01          | 35,18         | 30,26        |
| - Serv. de Terc. P. Jurídica                                    | 98.846.614,17           | 1,88          | 37.115.502,36           | 1,49          | 37,55        |
| - Serviços de Consultoria                                       | 36.755.750,66           | 0,70          | 8.233.714,65            | 0,33          | 22,40        |
| - Outros  | 126.095.970,80          | 2,40          | 61.106.109,16           | 2,45          | 48,46        |
| <b>Aplicações Diretas Dec. de Op. entre Órgãos</b>              | <b>948.621,06</b>       | <b>0,02</b>   | <b>277.795,42</b>       | <b>0,01</b>   | <b>29,28</b> |
| - Obras e Instalações   | 370.500,00              | 0,01          | 0,00                    | 0,00          | 0,00         |
| - Serv. de Terc. P. Jurídica                                    | 155.567,66              | 0,00          | 6.369,66                | 0,00          | 4,09         |
| - Outros  | 422.553,40              | 0,01          | 271.425,76              | 0,01          | 64,23        |
| <b>Aplicações Diretas entre Orçam.- Consórcio Partícipe</b>     | <b>5.000,00</b>         | <b>0,00</b>   | <b>0,00</b>             | <b>0,00</b>   | <b>0,00</b>  |
| - Equipamentos e Material Permanente                            | 5.000,00                | 0,00          | 0,00                    | 0,00          | 0,00         |
| <b>Aplicações Diretas entre Orçam.- Consórcio não Partícipe</b> | <b>-213.000,00</b>      | <b>0,00</b>   | <b>0,00</b>             | <b>0,00</b>   | <b>0,00</b>  |
| - Equipamentos e Material Permanente                            | -213.000,00             | 0,00          | 0,00                    | 0,00          | 0,00         |
| - Obras e Instalações   | 0,00                    | 0,00          | 0,00                    | 0,00          | 0,00         |
| <b>Execução Orçamentária Delegada à União</b>                   | <b>5.000,00</b>         | <b>0,00</b>   | <b>0,00</b>             | <b>0,00</b>   | <b>0,00</b>  |
| - Equipamentos e Material Permanente                            | 5.000,00                | 0,00          | 0,00                    | 0,00          | 0,00         |
| <b>INVERSÕES FINANCEIRAS</b>                                    | <b>253.721.880,30</b>   | <b>4,83</b>   | <b>244.274.232,51</b>   | <b>9,79</b>   | <b>96,28</b> |
| <b>Aplicações Diretas</b>                                       | <b>253.721.880,30</b>   | <b>4,83</b>   | <b>244.274.232,51</b>   | <b>9,79</b>   | <b>96,28</b> |
| - Aquisição de Imóveis  | 3.686.400,00            | 0,07          | 3.686.400,00            | 0,15          | 100,00       |
| - Const. ou Aum. de capital de Empresas                         | 250.025.480,30          | 4,76          | 240.587.832,51          | 9,65          | 96,23        |
| - Outros  | 10.000,00               | 0,00          | 0,00                    | 0,00          | 0,00         |
| <b>AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA</b>                                    | <b>536.712.125,62</b>   | <b>10,21</b>  | <b>527.038.585,58</b>   | <b>21,13</b>  | <b>98,20</b> |
| <b>Aplicações Diretas</b>                                       | <b>536.712.125,62</b>   | <b>10,21</b>  | <b>527.038.585,58</b>   | <b>21,13</b>  | <b>98,20</b> |
| - Principal da Dívida Contratada Resgatada                      | 536.712.125,62          | 10,21         | 527.038.585,58          | 21,13         | 98,20        |
| <b>TOTAL</b>  | <b>5.256.975.181,35</b> | <b>100,00</b> | <b>2.494.225.339,98</b> | <b>100,00</b> | <b>47,45</b> |

Fonte: Sistema de gestão Governamental por Resultados-S2GPR

Nota: "Outros" compõem-se: auxílios, despesas de exercícios anteriores, diárias-civil, locação de mão-de-obra, obrigações tributárias e contributivas, outros serviços de terceiros pessoa física e passagens e despesas com locomoção.





## Investimentos

Nas Despesas de Capital, o grupo de Investimentos somou R\$ 1.722.912.521,89 participando com 69,08% de sua categoria. Os elementos Obras e Instalações e Equipamentos e Material Permanente, respondem pelo montante de R\$ 1.227.683.437,78, correspondente a 71,26% do grupo. No Grupo de Investimento estão incluídos os valores de programas de grande porte, concluídos ou a concluir pelo Governo do Estado. A tabela a seguir evidencia os principais:

TABELA 47

### DEMONSTRATIVO DOS INVESTIMENTOS NOS PROGRAMAS DE GOVERNO DE MAIOR RELEVÂNCIA

| (R\$ 1,00)   |                         |               |
|--|-------------------------|---------------|
| PROGRAMAS DE GOVERNO   | VALOR                   | PART. %       |
| CASTELÃO E COMP. REFORMA E MODERNIZAÇÃO DA ARENA DO ESTÁDIO CASTELÃO                 | 176.053.115,07          | 10,22         |
| VLT PARANGABA/MUCURIBE COMP. OBRAS   | 174.689.695,59          | 10,14         |
| EXPANSÃO E MELHORIA DA INFRAESTRUTURA DAS ESCOLAS ESTADUAIS DE ENSINO MÉDIO          | 108.719.466,52          | 6,31          |
| IMPLANTAÇÃO E OPERAÇÃO DO TREM METROPOLITANO DE FORTALEZA - LINHA LESTE              | 100.119.618,02          | 5,81          |
| RECUPERAÇÃO E AMPLIAÇÃO DO SISTEMA METRO-FERROVIÁRIO                                 | 75.210.436,40           | 4,37          |
| EXPANSÃO E MELHORIA DA INFRAESTRUTURA DAS ESCOLAS ESTADUAIS DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL | 73.734.307,47           | 4,28          |
| PROMOTEC - COMP I - AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS  | 72.511.712,96           | 4,21          |
| IMPLANTAÇÃO DO CENTRO DE FORMAÇÃO OLÍMPICA   | 66.609.015,57           | 3,87          |
| CONSTRUÇÃO DE CISTERNAS DE PLACA   | 60.373.732,90           | 3,50          |
| PROINFUTUR COMP III IMPLANTAÇÃO DE INFRAESTRUTURA TURÍSTICA                          | 56.893.460,86           | 3,30          |
| METROFOR COMP I IMPLANTAÇÃO DO TREM METROPOLITANO DE FORTALEZA                       | 46.521.183,45           | 2,70          |
| CONSTRUÇÃO DO EIXO DE INTEGRAÇÃO CINTURÃO DAS ÁGUAS DO CEARÁ                         | 45.781.430,39           | 2,66          |
| PAC E MELHORIAS URBANA E AMBIENTAL DO RIO MARANGUAPINHO E BARRAGEM, DRAGAGEM         | 41.695.712,88           | 2,42          |
| IMPLANTAÇÃO DE OBRAS URBANAS ORIUNDAS DE DEMANDAS MUNICIPAIS                         | 26.350.521,34           | 1,53          |
| AQUISIÇÃO E INSTALAÇÃO DE EQUIPAMENTOS PARA O PORTO DO PECÉM                         | 25.112.072,40           | 1,46          |
| CONSTRUÇÃO DO EIXO DE INTEGRAÇÃO TRECHO V  | 22.335.844,64           | 1,30          |
| ACQUÁRIO COMP VII OBRAS DE INSTALAÇÕES E RECHEIO                                     | 21.628.896,95           | 1,26          |
| CONSTRUÇÃO DE OBRAS COMPLEMENTARES DO ACQUÁRIO CEARÁ                                 | 20.875.677,15           | 1,21          |
| IMPLANTAÇÃO DE SISTEMAS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA                                     | 19.229.560,86           | 1,12          |
| <b>SUBTOTAL</b>  | <b>1.234.445.461,42</b> | <b>71,65</b>  |
| OUTROS   | 488.467.060,47          | 28,35         |
| <b>TOTAL</b>   | <b>1.722.912.521,89</b> | <b>100,00</b> |

Fonte: Sistema de Gestão Governamental por Resultados - S2GPR

Em 2013, o Estado realizou, apenas, 47,45% do valor autorizado para as ações de investimento, face à sua dependência de recursos externos, porém, o valor realizado representa 69,08% do total das despesas de capital. Se comparado com o montante de Investimentos de 2012, que foi de R\$ 1.410.472.026,66, esse grupo de despesas, em 2013, apresentou um acréscimo de 22,15% em termos nominais. Apesar da maior parte do investimento ter sido realizado com recursos do grupo fonte tesouro (48,51%), o Ceará ainda possui necessidades além de sua capacidade de geração de recursos próprios. Tendo em vista essa condição adversa, o Estado tem se credenciado à captação financeira através da contratação de operações de crédito, por ser uma referência no atendimento das exigências requeridas pelos credores.



## Inversões Financeiras

No grupo de Inversões Financeiras, as despesas realizadas alcançaram o montante de R\$ 244.274.232,51. O item mais representativo desse grupo, em 2013, foi Constituição ou Aumento de Capital de Empresas com 98,49%. Em relação ao exercício anterior teve um incremento nominal de 308,41%.

Destaca-se, que os valores repassados para aumento de capital, no exercício de 2012, foram realizados para as seguintes empresas: ADECE, EMAZP, METROFOR e CEARAPORTOS.

## Amortização da Dívida

A Amortização da Dívida Interna somou R\$ 369.896.172,23, que representa 14,83% das Despesas de Capital. Confrontando-se com o exercício de 2012, apresentou um decréscimo nominal de 33,54%.

A Amortização da Dívida Externa somou R\$ 157.142.413,35, representando 6,30% das Despesas de Capital. Comparando-se com o ano anterior, houve um acréscimo nominal de 20,84%.

### 2.1.2.3. Despesa Orçamentária por Grupo

A classificação da Despesa Orçamentária por grupos, definida no Artigo 9º, § 6º da Lei nº 15.203, de 19 de julho de 2012 (Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO) publicada no Diário Oficial do Estado em 25 de julho de 2012.

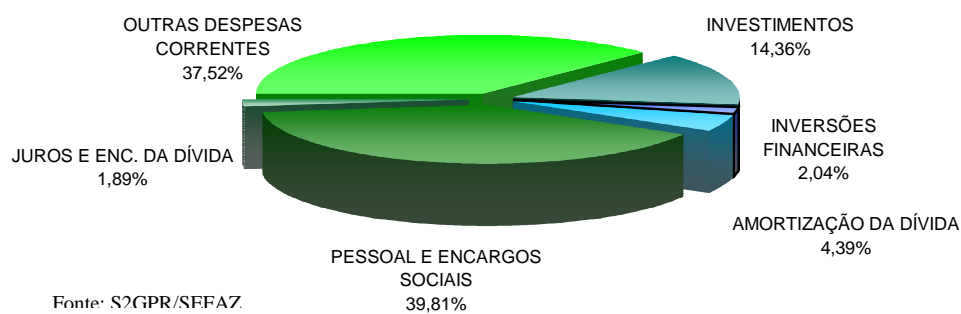
TABELA 48

#### DEMONSTRATIVO DA DESPESA ORÇAMENTÁRIA POR GRUPO DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA

| (R\$ 100)           |                            |                          |               |                          |               |             |
|---------------------|----------------------------|--------------------------|---------------|--------------------------|---------------|-------------|
| GRUPO DE<br>DESPESA | ESPECIFICAÇÃO              | DESPESA ORÇAMENTÁRIA     |               |                          |               | VARIAÇÃO %  |
|                     |                            | 2012                     | PART. %       | 2013                     | PART. %       |             |
| 1                   | PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS | 4.937.627.257,91         | 43,01         | 4.776.717.422,68         | 39,81         | -3,26       |
| 2                   | JUROS E ENC. DA DÍVIDA     | 227.401.514,19           | 1,98          | 227.018.789,46           | 1,89          | -0,17       |
| 3                   | OUTRAS DESPESAS CORRENTES  | 4.157.031.107,65         | 36,21         | 4.501.665.253,26         | 37,52         | 8,29        |
| 4                   | INVESTIMENTOS              | 1410.472.026,66          | 12,29         | 1722.912.521,89          | 14,36         | 22,15       |
| 5                   | INVERSÕES FINANCEIRAS      | 59.810.295,21            | 0,52          | 244.274.232,51           | 2,04          | 308,42      |
| 6                   | AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA      | 686.608.585,16           | 5,98          | 527.038.585,58           | 4,39          | -23,24      |
| <b>TOTAL</b>        |                            | <b>11.478.950.786,78</b> | <b>100,00</b> | <b>11.999.626.805,38</b> | <b>100,00</b> | <b>4,54</b> |

Fonte: Sistema de Gestão Governamental por Resultados - S2GPR

GRÁFICO XIX  
DESPESA ORÇAMENTÁRIA POR GRUPO - 2013



O grupo de despesa mais representativo foi Pessoal e Encargos Sociais com 39,81% do total da Despesa Orçamentária.



**TABELA 49**  
**DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DA RECEITA E DESPESA ORÇAMENTÁRIAS,**  
**POR FONTE DE RECURSOS**

|  |                          |                  | (R\$ 100)                |                  |
|--|--------------------------|------------------|--------------------------|------------------|
| <b>FONTE</b>                                 | <b>REC EITA</b>          | <b>PARTIC. %</b> | <b>DESPESA</b>           | <b>PARTIC. %</b> |
| <b>TESOURO</b>                               | <b>13.394.851.983,21</b> | <b>81,08</b>     | <b>9.573.910.184,02</b>  | <b>79,79</b>     |
| COTA PARTE DA CONT. DO SALÁRIO - EDUCAÇÃO    | 43.702.283,85            | 0,26             | 43.787.725,99            | 0,36             |
| COTA PARTE DA CONT. INTERV. NO DOM. ECON.    | 2.085.605,03             | 0,01             | 521.401,26               | 0,00             |
| ALIENACAO DE BENS                            | 22.325,38                | 0,00             | 47.817,62                | 0,00             |
| MEDIDA COMPENSATORIA AMBIENTAL               | 1.004.618,99             | 0,01             | 5.407.889,89             | 0,05             |
| RECURSOS PROVENIENTE DO FUNDEB               | 903.082.506,48           | 5,47             | 914.679.501,90           | 7,62             |
| COMPL. DA UNIÃO AOS RECURSOS DO FUNDEB       | 285.414.615,24           | 1,73             | 285.243.464,82           | 2,38             |
| <b>OPERAÇÕES DE CRÉDITO</b>                  | <b>1.190.525.228,89</b>  | <b>7,21</b>      | <b>698.592.207,16</b>    | <b>5,82</b>      |
| OP. CRED. INTERNAS - BNDES                   | 126.427.987,17           | 0,77             | 116.354.551,27           | 0,97             |
| OP. CRED. INTERNAS - BNDES/ESTADOS           | 186.252.147,96           | 1,13             | 136.195.772,90           | 1,14             |
| OP. CRED. INTERNAS - BNDES/PEF               | 0,00                     | 0,00             | 0,00                     | 0,00             |
| OP. CRED. INTERNAS BNB                       | 0,00                     | 0,00             | 0,00                     | 0,00             |
| OP. CRED. INTERNAS CEF PROM/PROSANEAR/TRANSP | 36.439.517,55            | 0,22             | 50.031.917,61            | 0,42             |
| OP. CRED. INTERNAS - PROINVEST - BB          | 348.396.207,42           | 2,11             | 243.184.412,36           | 2,03             |
| OP. CRED. INTERNAS - PROINVEST - CEF         | 0,00                     | 0,00             | 0,00                     | 0,00             |
| OP. CRED. EXTERNAS - SWAP                    | 0,00                     | 0,00             | 10.661.503,29            | 0,09             |
| OP. CRED. EXTERNAS - TESOURO/MLW             | 142.488.214,31           | 0,86             | 66.345.134,96            | 0,55             |
| OP. CRED. EXTERNAS BIRD                      | 252.036.206,14           | 1,53             | 17.150.593,37            | 0,14             |
| OP. CRED. EXTERNAS BID                       | 46.037.876,97            | 0,28             | 14.219.450,28            | 0,12             |
| OP. CRED. EXTERNAS - TESOURO/CAF             | 40.099.252,38            | 0,24             | 43.792.801,22            | 0,36             |
| OP. CRED. EXTERNAS - TESOURO/KFW             | 2.936.618,99             | 0,02             | 656.069,90               | 0,01             |
| OP. CRED. EXTERNAS - FIDA                    | 9.411.200,00             | 0,06             | 0,00                     | 0,00             |
| <b>CONVÊNIOS</b>                             | <b>700.126.505,04</b>    | <b>4,24</b>      | <b>477.436.612,72</b>    | <b>3,98</b>      |
| CONV. ÓRGÃOS INTERNACIONAIS                  | 0,00                     | 0,00             | 108.013,65               | 0,00             |
| CONV. ÓRGÃOS FEDERAIS                        | 698.536.431,06           | 4,23             | 475.664.741,71           | 3,96             |
| CONV. ÓRGÃOS PRIVADOS                        | 0,00                     | 0,00             | 0,00                     | 0,00             |
| CONV. ÓRGÃOS MUNICIPAIS                      | 1.590.073,98             | 0,01             | 1.663.857,36             | 0,01             |
| <b>TOTAL</b>                                 | <b>16.520.815.672,11</b> | <b>100,00</b>    | <b>11.999.626.805,38</b> | <b>100,00</b>    |

Fonte: Sistema de Gestão Governamental por Resultados - S2GPR

Pela análise na tabela acima, constata-se que os maiores dispêndios do Estado em 2013, originaram-se das fontes do Tesouro e de Recursos provenientes do FUNDEB que somaram R\$ 10.773.833.150,74, e representaram 89,78% da Despesa Orçamentária.

TABELA 50

DEMONSTRATIVO COMPARATIVO DA PREVISÃO DE METAS FISCAIS COM A REALIZAÇÃO, DE  
ACORDO COM OS ARTs. 4º, § 1º e 5º DA LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL

(R\$ MIL)

| ESPECIFICAÇÃO  | PREVISÃO PARA<br>O EXERCÍCIO | REALIZAÇÃO        | REALIZAÇÃO %  |
|--|------------------------------|-------------------|---------------|
| <b>1. RECEITA TO TAL</b>   | <b>21.699.915</b>            | <b>18.609.933</b> | <b>85,76</b>  |
| <b>1.1. RECEITAS CORRENTES (I)</b>   | <b>18.380.405</b>            | <b>16.747.598</b> | <b>91,12</b>  |
| 1.1.1. Receita Tributária  | 9.552.014                    | 8.835.210         | 92,50         |
| 1.1.2. Receita de Contribuição   | 414.273                      | 1.209.819         | 292,03        |
| 1.1.3. Receita Patrimonial   | 268.186                      | 562.650           | 209,80        |
| 1.1.3.1. Aplicações Financeiras (II)                                       | 210.571                      | 293.328           | 139,30        |
| 1.1.3.2. Outras Receitas Patrimoniais                                      | 57.615                       | 269.322           | 467,45        |
| 1.1.4. Transferências Correntes  | 7.629.335                    | 5.902.878         | 77,37         |
| 1.1.5. Receita de Serviços   | 16.202                       | 52.862            | 326,27        |
| 1.1.6. Demais Receitas Correntes   | 500.395                      | 477.507           | 95,43         |
| 1.1.7. Dedução da Receita para Formação do FUNDEB (III)                    | -2.311.943                   | -2.297.694        | 99,38         |
| <b>RECEITAS FISCAIS CORRENTES (IV) = (I-II-III)</b>                        | <b>15.857.891</b>            | <b>14.449.904</b> | <b>91,12</b>  |
| <b>1.2. RECEITAS DE CAPITAL (V)</b>  | <b>3.319.510</b>             | <b>1.862.335</b>  | <b>56,10</b>  |
| 1.2.1. Operações de Crédito (VI)   | 2.020.494                    | 1.190.525         | 58,92         |
| 1.2.2. Amortização de Empréstimos (VII)                                    | 0                            | 94                | 0,00          |
| 1.2.3. Alienação de Ativos (VIII)  | 53                           | 1.792             | 3.380,98      |
| 1.2.4. Transferência de Capital  | 1.295.846                    | 669.923           | 51,70         |
| 1.2.5. Outras Receitas de Capital  | 3.117                        | 0                 | 0,00          |
| <b>RECEITAS FISCAIS DE CAPITAL (IX) = (V-VI-VII-VIII)</b>                  | <b>1.298.963</b>             | <b>669.923</b>    | <b>51,57</b>  |
| <b>RECEITAS NÃO-FINANCEIRAS (X) = (IV+IX)</b>                              | <b>17.156.854</b>            | <b>17.417.522</b> | <b>101,52</b> |
| <b>2. DESPESA TO TAL</b>   | <b>19.342.803</b>            | <b>17.523.477</b> | <b>90,59</b>  |
| <b>2.1. DESPESAS CORRENTES (XI)</b>  | <b>14.170.597</b>            | <b>15.304.742</b> | <b>108,00</b> |
| 2.1.1. Pessoal e Encargos Sociais  | 7.355.043                    | 8.271.354         | 112,46        |
| 2.1.2. Juros e Encargos da Dívida (XII)                                    | 296.343                      | 246.480           | 83,17         |
| 2.1.3. Outras Despesas Correntes   | 6.519.211                    | 6.786.908         | 104,11        |
| <b>DESPESAS FISCAIS CORRENTES<sup>(2)</sup> (XIII) = (XI-XII)</b>          | <b>13.874.254</b>            | <b>15.058.262</b> | <b>108,53</b> |
| <b>2.2. DESPESAS DE CAPITAL (XIV)</b>                                      | <b>5.172.206</b>             | <b>2.218.735</b>  | <b>42,90</b>  |
| 2.2.1. Investimentos   | 4.442.914                    | 2.239.534         | 50,41         |
| 2.2.1.1. (-) Programas de Infra-estrutura                                  | 0                            | 871.663           | 0,00          |
| 2.2.2. Inversões Financeiras   | 197.298                      | 323.191           | 163,81        |
| 2.2.2.1. Concessão de Empréstimos (XV)                                     | 79.692                       | 77.974            | 97,84         |
| 2.2.3. Amortização da Dívida (XVI)   | 531.994                      | 527.673           | 99,19         |
| <b>DESPESAS FISCAIS DE CAPITAL<sup>(2)</sup> (XVII) = (XIV-XV-XVI-XIX)</b> | <b>2.923.972</b>             | <b>1.613.088</b>  | <b>55,17</b>  |
| <b>RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XVIII)</b>                                     | <b>45.170</b>                | <b>0</b>          | <b>0,00</b>   |
| <b>DESPESAS DISCRICIONÁRIAS/NÃO-PRIMÁRIAS-RP2 (XIX)</b>                    | <b>1.636.548</b>             | <b>0</b>          | <b>0,00</b>   |
| <b>DESPESAS NÃO-FINANCEIRAS (XX) = (XIII+XVII+XVIII)</b>                   | <b>16.843.396</b>            | <b>16.671.350</b> | <b>98,98</b>  |
| <b>RESULTADO PRIMÁRIO XX = (X-XX)</b>                                      | <b>313.458</b>               | <b>746.172</b>    | <b>238,05</b> |
| <b>RESULTADO NOMINAL</b>   | <b>1.082.354</b>             | <b>580.539</b>    | <b>54</b>     |

Fonte: S2GPR/SEFAZ/SEPLAG

Notas: 1) Excluídas as estatais: ADECE, CAGECE, COGERH, CEGÁS, CEARÁ PORTOS, METROFOR, CEASA;

2) Deduzidas as despesas discricionárias;

3) Excluídas as concessões de empréstimos do grupo "Inversões Financeiras";

4) Resultado Nominal = Dívida Fiscal Líquida (2013) (R\$ 3.940.902.395) - Dívida Fiscal Líquida (2012) (R\$ 3.360.363.105,00);

5) Despesa pelo valor empenhado;

6) A "Previsão" foi extraída do Demonstrativo da LOA 2013.

O cálculo do Resultado Primário está de acordo com a LOA nº 15.268 de 28/12/2012.



De conformidade com o inciso I do artigo 4º da IN - 01/2000 - TCE, a tabela anterior demonstra o resultado das Metas Fiscais de Resultado Primário e Nominal projetadas na Lei Orçamentária Anual para o exercício de 2013.

A meta de Resultado Primário fixada através da Lei Orçamentária Anual para o exercício de 2013 foi de R\$ 313.459 mil, considerando a despesa empenhada, o tesouro obteve um superávit primário de R\$ 746.172 mil, superior ao estabelecido em Lei, chegando a 238,04% da meta fixada.

Com referência ao resultado nominal, obteve-se um valor de R\$ 580.539 mil, correspondente à diferença entre a Dívida Fiscal Líquida do exercício de referência (2013) e a Dívida Fiscal Líquida do exercício anterior (2012). Importante informar que o Resultado Nominal no conceito da LRF indica em quanto à dívida de um ente público aumentou ou reduziu num determinado exercício. Se o resultado for positivo, revela o quanto à dívida aumentou, se for negativo, o quanto à dívida diminuiu. Por conseguinte, no Estado do Ceará registrou-se um aumento no estoque da dívida, bem como uma elevação na disponibilidade financeira.

O Resultado Nominal evidencia o quanto o estado tem contraído empréstimo para os investimentos do Estado. O fato de o Estado ter apresentado uma variação positiva entre a Dívida Fiscal Líquida de 2013 e Dívida Fiscal Líquida de 2012, não significa, em 2013, um desequilíbrio no endividamento do Estado, haja vista que a relação Dívida Consolidada Líquida/Receita Corrente Líquida foi de 0,29%, situação bastante confortável em relação a LRF e a Resolução nº 43 do Senado Federal que estabelece que o nível de endividamento dos Estados pode ser de até 2 vezes a RCL.

TABELA 51  
DEMONSTRATIVO DO COMPORTAMENTO DO RESULTADO NOMINAL EM RELAÇÃO  
À META - PERÍODO 2010 A 2013

|  | (R\$ milhões) |             |             |             |
|--|---------------|-------------|-------------|-------------|
| <b>RESULTADO NOMINAL<br/>VALORES CORRENTES</b> | <b>2010</b>   | <b>2011</b> | <b>2012</b> | <b>2013</b> |
| META FIXADA NO ANEXO DE METAS                  |               |             |             |             |
| FISCAIS DA LOA                                 | 1.204         | -152        | -152        | 1.082       |
| RESULTADO NOMINAL                              | 1.233         | 542         | 139         | 581         |
| % EM RELAÇÃO À META                            | 102,41%       | -355,19%    | -91,45%     | 53,70%      |

Fonte: Sistema de Gestão Governamental por Resultados - S2GPR

A busca do equilíbrio fiscal está no âmbito do Programa de Ajuste Fiscal que deriva dos contratos assinados pelos Estados que no fim da década de 90 renegociaram a dívida com a União. De acordo com o contrato, a cada ano é avaliado pela STN o cumprimento das metas e compromissos do exercício anterior.



Nos termos do Artigo 8º da Lei Complementar 101, de 04 de maio de 2000, o Poder Executivo estabeleceu a programação financeira e o cronograma de execução mensal de desembolso para o exercício de 2013 foram baseados no Anexo de Metas Fiscais da Lei Orçamentária com o fim de compatibilizar a realização da Receita e a execução da Despesa, conforme Publicação do Diário oficial do Estado, de 30.01.2013, do Comitê de Gestão por Resultado de Gestão Fiscal - COGERF.

#### **2.1.2.4. Despesa Orçamentária na Modalidade de Aplicação 91**

De acordo com a Portaria Interministerial STN/SOF Nº 688, de 14.10.2005, as despesas da modalidade 91 são aquelas de Aplicação Direta Decorrente de Operação entre Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social e Despesas orçamentárias de órgãos, fundos, autarquias, fundações, empresas estatais dependentes e outras entidades integrantes dos orçamentos fiscal e da seguridade social decorrentes da aquisição de materiais, bens e serviços, pagamento de impostos, taxas e contribuições, além de outras operações, quando o recebedor dos recursos também for órgão, fundo, autarquia, fundação, empresa estatal dependente ou outra entidade constante desses orçamentos, no âmbito da mesma esfera de Governo.

No momento da apropriação da obrigação ocorre uma despesa intra-orçamentária e no momento do recebimento ocorre uma receita intra-orçamentária. Portanto, ocorrendo uma despesa intra-orçamentária, obrigatoriamente ocorrerá uma receita intra-orçamentária.

São exemplos de operações que devem ser identificadas com essa modalidade de aplicação, as transações ocorridas com o Departamento Estadual de Trânsito - DETRAN, com o Fundo de Previdência do Estado - SUPSEC, SEMACE etc.



TABELA 52

DEMONSTRATIVO DA DESPESA ORÇAMENTÁRIA COM APLICAÇÃO NA MODALIDADE 91,  
CONFORME , PORTARIA INTERMINISTERIAL STN/SOF Nº 688, DE 14 DE OUTUBRO DE 2005

| (R\$ 1,00)   |                              |                              |
|--------------|------------------------------|------------------------------|
| ÓRGÃO        | DESPESA<br>INTRAORÇAMENTÁRIA | RECEITA<br>INTRAORÇAMENTÁRIA |
| ASSEMBLÉIA   | 17.477.379,92                | 0,00                         |
| FPP          | 0,00                         | 2.580.179,16                 |
| T CONTAS     | 5.850.157,82                 | 0,00                         |
| TCM          | 6.492.415,16                 | 0,00                         |
| T JUSTICA    | 93.500.980,44                | 0,00                         |
| FERMOJU      | 280.361,25                   | 65.338,22                    |
| DPGE         | 15.305.953,04                | 0,00                         |
| FAADEP       | 44.397,38                    | 1.294,24                     |
| SEINFRA      | 901.302,76                   | 0,00                         |
| DER          | 7.117.266,59                 | 2.587,90                     |
| DETRAN       | 39.086.933,25                | 690.665,56                   |
| DAE          | 1.087.858,62                 | 0,00                         |
| SSPDS        | 476.070,77                   | 0,00                         |
| FDS C BOM    | 194,64                       | 0,00                         |
| POL CIVIL    | 32.801.070,96                | 0,00                         |
| P M CE       | 129.598.890,24               | 0,00                         |
| BOMBEIRO     | 16.904.325,32                | 0,00                         |
| P FORENSE    | 5.150.917,82                 | 0,00                         |
| AESSP        | 78.723,36                    | 0,00                         |
| GAB GOV      | 53.645,39                    | 0,00                         |
| VICE GOV     | 35.971,87                    | 0,00                         |
| PGE          | 7.321.733,39                 | 0,00                         |
| ARCE         | 1.481.144,30                 | 0,00                         |
| FUNPECEPGE   | 0,00                         | 1.997.293,31                 |
| C MILITAR    | 26.545,65                    | 0,00                         |
| PGJ          | 32.772.008,13                | 0,00                         |
| CONS EDUC    | 90.726,59                    | 0,00                         |
| JUSTICA      | 15.180.249,03                | 0,00                         |
| SEFAZ        | 87.302.737,90                | 34.356.588,79                |
| JUCEC        | 1.148.069,11                 | 1.185,00                     |
| ENCARGOS     | 2.491.325,66                 | 0,00                         |
| SDA          | 2.866.199,89                 | 0,00                         |
| EMATERCE     | 258.091,13                   | 0,00                         |
| IDACE        | 1.322.940,77                 | 0,00                         |
| ADAGRI       | 1.371.460,07                 | 0,00                         |
| FDAF         | 0,00                         | 2.000.000,00                 |
| SEDUC        | 114.191.920,07               | 0,00                         |
| SAUDE        | 0,00                         | 0,00                         |
| ES P         | 0,00                         | 0,00                         |
| FUNDES       | 78.267.015,93                | 0,00                         |
| CULTURA      | 780.334,18                   | 0,00                         |
| SRH          | 725.280,15                   | 0,00                         |
| SOHIDRA      | 438.063,28                   | 0,00                         |
| CASA CIVIL   | 117.741,71                   | 0,00                         |
| FUNTELC      | 558.383,40                   | 0,00                         |
| SECITECE     | 347.010,37                   | 0,00                         |
| FUNECE       | 25.206.463,69                | 1.014.605,75                 |
| UVA          | 8.012.621,39                 | 0,00                         |
| URCA         | 9.662.977,66                 | 0,00                         |
| FUNCEME      | 855.973,28                   | 0,00                         |
| FUNCAP       | 18.409,03                    | 0,00                         |
| FIT          | 4.000.000,00                 | 0,00                         |
| NUTEC        | 1.230.110,02                 | 13.210,00                    |
| SETUR        | 104.707,37                   | 0,00                         |
| CGE          | 947.269,64                   | 0,00                         |
| SESPORTE     | 146.785,04                   | 0,00                         |
| CIDADES      | 213.978,42                   | 0,00                         |
| IDECI        | 5.371,52                     | 0,00                         |
| SEPLAG       | 5.735.723,31                 | 0,00                         |
| SUPSEC       | 0,00                         | 755.100.028,60               |
| ISSEC        | 2.268.309,34                 | 0,00                         |
| ETICE        | 354.344,91                   | 4.170.804,60                 |
| IPECE        | 1.041,06                     | 0,00                         |
| COHAB        | 5.675,13                     | 0,00                         |
| EGPCE        | 7.129,97                     | 0,00                         |
| STDS         | 7.759.144,08                 | 0,00                         |
| FCE          | 0,00                         | 0,00                         |
| FUNDART      | 474,30                       | 1.584,30                     |
| CEDE         | 9.606,10                     | 0,00                         |
| CODECE       | 14.503,51                    | 0,00                         |
| CONPAM       | 25.199,20                    | 0,00                         |
| SEMACE       | 2.601.417,10                 | 885.531,75                   |
| SPA          | 2.628,09                     | 0,00                         |
| SECOPA       | 17.340,22                    | 0,00                         |
| CGD          | 12.145,98                    | 0,00                         |
| <b>TOTAL</b> | <b>790.523.146,67</b>        | <b>802.880.897,18</b>        |

Fonte: Sistema de Gestão Governamental por Resultados - S2GPR



Para atender ao Artigo 4º, incisos II e III, da Instrução Normativa nº 01/2000 - TCE, acompanham esta prestação de contas os documentos abaixo relacionados:

- Cópias das atas das audiências realizadas nos meses de maio e setembro de 2013 e fevereiro de 2014, conforme determina o § 4º, do artigo 9º da Lei de Responsabilidade Fiscal, e

- Relatório dos projetos concluídos e em conclusão do Estado, nos termos do disposto no Parágrafo Único do Artigo 45 da Lei de Responsabilidade Fiscal.

## **2.2. Da Administração Indireta**

### **Autarquias, Fundações, Fundos e Empresas Estatais Dependentes.**

A análise da execução orçamentária da Administração Indireta envolve as Autarquias, Fundações e Fundos, regidos pela Lei nº 4.320/64, e Empresas Estatais Dependentes (CODECE, COHAB, EMATERCE e ETICE) enquadradas na Lei 6.404/76 e alterações posteriores, e consolidadas nas contas públicas por determinação da Portaria Ministerial/STN nº 589 de 27/12/01.

#### **2.2.1. Receita Orçamentária**

No exercício de 2013, a arrecadação da Receita Orçamentária alcançou a cifra de R\$ 2.382.446.004,38, inferior 16,34 % ao valor previsto de R\$ 2.847.633.100,42.

O montante da Receita Orçamentária das Autarquias, Fundações, Fundos e Empresas Estatais Dependentes é proveniente do somatório das origens discriminadas na tabela abaixo: